

Diário do Legislativo de 13/05/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado André PT
Quintão

Deputado Delvito DEM
Alves

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Almir Paraca PT

Deputado Maria Tereza PT
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputada Padre PT
João

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Ruy Muniz DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria DEM Presidente
Lúcia Mendonça

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo DEM
Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PT
Quintão

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PT
Gomes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Rêmol BSD
Aloise

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Luiz BSD

Humberto Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Cecília PT
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rêmolo BSD
Aloise

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter BSD Vice-Presidente
Tosta

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Elmiro DEM

Nascimento

Deputado Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

Deputado André PT
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Rêmol BSD
Aloise

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Braulio BSD
Braz

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Cecília PT
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Padre João PT

Deputado Gil Pereira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Dimas DEM
Fabiano

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 9ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Comemorar o Dia da Independência do Estado de Israel

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/5/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução dos Hinos de Israel e Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Sílvio Musman - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - João Leite - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a comemorar o Dia da Independência do Estado de Israel.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Eduardo Azeredo, Senador da República; Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Manoel Luiz Cataldo, Cônsul Honorário do Reino de Marrocos; Sérgio Pitchon, Cônsul Honorário da Polônia; e Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Vereador João Oscar, Corregedor à Câmara Municipal de Belo Horizonte; Marx Golgher, Diretor da Federação Israelita; da Exma. Sra. Maria Salete Gimenez, Diretora de Qualificação da Fundação de Educação para o Trabalho - Utramig -; do Exmo. Sr. Pastor Bibiano Teixeira dos Santos, da Igreja Batista Central; da Exma. Sra. Pastora Maria Aparecida Oliveira dos Santos, da referida Igreja; dos Exmos. Srs. Márcio Kac, Vice-Presidente da Federação Israelita; José Vaintraub, Diretor da Federação Israelita e ex-Presidente da instituição; Marcos Brafman, Vice-Presidente da Congregação Israelita e Diretor da Federação Israelita; das Exmas. Sras. Iara Leventhal, Diretora da Escola Theodor Herzl; Nícia Back Sternick, Diretora da Wizo; dos Exmos. Srs. Pastor Rubens Schreiber, da Igreja Batista da Renascença; Jayme Arôniz, Diretor Executivo da Federação Israelita; da Exma. Sra. Ana Zarnowski, Diretora da

Naamat Pioneiras; do Exmo. Sr. Nathan Lerman, Diretor de Negócios da Prodemge; da Exma. Sra. Pastora Cláudia Gonçalves Borges, da Igreja Evangélica Ágape; dos Exmos. Srs. Pastor Túlio de Souza Borges, da referida Igreja; Jacques Ernest Levy, Presidente do Instituto Histórico Israelita Mineiro; Marcelo Miranda Guimarães, Presidente da Congregação Judaico-Messiânica Har Tzion; de representantes da Comunidade Jovens do Habonim Dror e do Exmo. Sr. Rabino Leonardo Alanati.

Execução dos Hinos de Israel e Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino de Israel e, em seguida, o Hino Nacional, que serão interpretados pela cantora Paola Giannini.

- Procede-se à execução dos hinos.

Palavras do Deputado João Leite

Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, neste ato representando o Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Sr. Silvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Senador da República Eduardo Azeredo, também Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, que muito nos honra com a sua presença, que é constante também na questão israelita, atento a tudo o que acontece; Exmo. Sr. Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte, aqui também com o Vereador João Oscar; Exmo. Sr. Manoel Luiz Cataldo, Cônsul Honorário de Marrocos; Exmo. Sr. Sérgio Pitchon, Cônsul Honorário da Polônia; senhoras e senhores; queria falar da nossa alegria de estar aqui mais um ano lembrando um momento tão importante da história de todos nós: a independência do Estado de Israel.

"Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados filhos de Deus" (Mt 5:9).

Há 61 anos renasce o Estado de Israel após a histórica resolução da Assembleia Geral da ONU, chefiada pelo Chanceler brasileiro Oswaldo Aranha, que decidiu pela criação de dois Estados na Palestina, um judeu e outro árabe. Assim, em 14/5/48, após 30 anos de domínio britânico, Ben Gurion proclamou a independência do Estado de Israel, anunciando: "Nós estendemos nossa mão a todos os Estados vizinhos e seus povos, numa oferta de paz e boa vizinhança, e apelamos a eles para o estabelecimento de laços de cooperação e ajuda mútua com o soberano povo judeu, estabelecido em sua própria terra. Israel está preparado para fazer a sua parte em um esforço comum para o desenvolvimento de todo o Oriente Médio".

A partir do ano 70 da era cristã, logo depois de a rebelião judaica ter sido esmagada pelos romanos, os judeus se dispersaram no mundo, vivendo 2 mil anos de exílio e perseguição. No século XIX, a ideia de um Estado judeu surgiu, mas foi calada pelo nazismo e pelo antissemitismo mundial. Passado o holocausto da Segunda Guerra, quando mais de 6 milhões de judeus foram exterminados, recrudescer a ideia, unindo povos judeus refugiados dos Estados árabes, os perseguidos do Leste Europeu e da antiga União Soviética.

Um Estado que, no ano de sua recriação, tinha apenas 600 mil judeus, feito por uma terra coberta pelo deserto e pelo pântano e que hoje é um avanço da agricultura mundial, por tecnologia e economia sólidas e por medicina e ciência de ponta. Israel é formado por 7 milhões de pessoas, sendo 20% cidadãos árabes.

A comunidade judaica, porém, não encarou apenas a dificuldade de viver em um solo infértil e de fazê-lo florescer. Israel enfrentou com grande bravura os inimigos que o rodeavam. Tentaram destruí-lo, por isso, os judeus pagaram alto preço: a morte de 1% dos seus filhos. Os seus vizinhos, que não aceitavam a sua existência, obrigavam o Estado a guerras constantes.

Desde o primeiro instante, Israel desejava um verdadeiro convívio de paz com seus vizinhos, mas, infelizmente, esse anseio tem sido parcial. Há muitos anos, o povo judeu mantém um acordo de paz com a Jordânia e com o Egito, o maior e mais forte país do mundo árabe. Existem, contudo, outros países, como o Irã, que pedem a destruição de Israel, além das organizações terroristas Hezbollah e Hamas.

Quando, no século XX, o mundo democrático ocidental derrotava as duas principais ameaças da época, o nazismo e o comunismo totalitário, o mundo livre atual, de que Israel faz parte, enfrenta outra ameaça existencial: o Islã radical que lidera o terrorismo internacional.

O Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, tem travado uma luta diplomática tresloucada contra Israel, ao mesmo tempo que nega o Holocausto e anuncia em diversas oportunidades a intenção de destruir o Estado de Israel.

Em recente discurso na ONU, diversos representantes de países europeus deixaram o Plenário em vista do discurso racista contra o Estado de Israel e da perseguição às minorias religiosas, inclusive cristãos. O Irã, aliás, é o 3º país do mundo que mais persegue cristãos, perdendo apenas para a Coreia do Norte. Por terem falado de sua fé, vários missionários estão presos naquele país. O líder iraniano tem sistematicamente negado os valores basilares da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Surpreende-me que o governo brasileiro tenha desejado receber em nossa nação, que é comprometida com a democracia e a cidadania, uma liderança nefasta, com tantos referenciais deploráveis.

Contamos com a liderança do Senador Eduardo Azeredo à frente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Conhecendo sua história, temos a certeza de que podemos contar com seu empenho na defesa de dois valores tão fundamentais para o nosso país e para Israel: liberdade e democracia.

Estou certo de que o país mais democrático do Oriente Médio, Israel, não desistirá de seu objetivo e prosseguirá obstinadamente rumo à prosperidade e à paz com os seus vizinhos.

Creio também que nós, cidadãos responsáveis, conscientes de nossa responsabilidade com o futuro da humanidade, saberemos rechaçar outra tentativa desse disseminador de ódio e preconceito de pousar em solo brasileiro, porque aceitá-lo em nosso país é o mesmo que dizer "sim" ao seu insano governo perseguidor de cristãos.

Termino meu pronunciamento citando o filósofo político inglês Isaiah Berlin: "A criação do Estado de Israel prestou o maior serviço que qualquer instituição humana pode executar pelos indivíduos - restituiu aos judeus não somente sua dignidade pessoal e seu 'status' como seres humanos, mas também, o que é muitíssimo mais importante, seu direito de escolher como indivíduos de que forma devem viver. Concedeu-lhes a liberdade básica da escolha, o direito de viver ou morrer, salvar-se ou danar-se à sua maneira, sem o que a vida é uma forma de escravidão, como tem sido realmente para a comunidade judaica por quase 2 mil anos."

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo sobre o Estado de Israel.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Reconhecida pela ONU em 14/5/48, a independência do Estado de Israel é um marco na histórica luta de um povo que, há mais de 2.500 anos, busca, com determinação, construir uma grande nação. Economia sólida, indústria e agricultura autossuficientes, sistemas modelares de educação e de saúde - algumas de suas grandezas -, Israel orgulha seu povo em todo o mundo. Nesta data, nossa homenagem ao Estado de Israel e a sua gente".

O Sr. Presidente - A Presidência, com muita alegria, convida o Deputado João Leite, que, em um momento iluminado, apresentou o requerimento que propiciou esta merecida reunião de homenagem pela independência de Israel, para nos acompanhar e fazermos juntos a entrega desta placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Sílvio Musman

Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, a quem agradeço a presença; Exmo. Sr. Vereador Paulo Lamac; Exmo. Sr. Manoel Luiz Cataldo, Cônsul Honorário de Marrocos; Exmo. Sr. Sérgio Pitchon, Cônsul Honorário da Polônia; Exmo. Sr. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras e senhores, boa-noite.

Sessenta e um anos. Sessenta e um anos de lutas, mas 61 anos de alegrias, glórias, conquistas, inúmeras realizações e avanços. Celebrar mais um ano de independência, de vida e de existência do pequeno grande Estado de Israel é motivo de enorme alegria para todo o povo judeu, espalhado por todos os cantos deste mundo. É a concretização do milenar sonho de retorno ao lar ancestral, retorno à Terra Prometida, de onde fomos por várias vezes expulsos e de onde nunca mais sairemos.

Ao aprovarem em 1947 a partilha da Palestina em dois Estados, as nações unidas resgatavam a justiça. Davam um recado ao mundo de que a autodeterminação dos povos é direito universal e deve ser respeitada. Naquele momento, judeus e árabes palestinos abriam diante de si a perspectiva de um futuro para si e seus descendentes. Árduo, porém possível. Tivessem, naquele momento, os árabes palestinos optado pela sua autodeterminação em vez da eliminação de seu vizinho, a história contemporânea certamente seria outra. Mas, otimistas que somos, continuamos não só torcendo, mas também trabalhando pelo resgate desse ideal de ver os povos do Oriente Médio vivendo lado a lado, pacífica e harmonicamente.

Por mais que nos bombardeiem com notícias e imagens negativas daquela parte do mundo, devo informar-lhes que a paz já chegou. Chegou para aqueles que realmente a desejam. Só não chegou para aqueles que têm na guerra e na imposição à força de seus ideais políticos e religiosos sua principal motivação. Para israelenses, jordanianos e egípcios, a paz chegou e dura graças aos ideais pacíficos.

Com um pouco de esforço, acabamos encontrando evidências de que o convívio não só pacífico, mas também cooperativo entre esses povos é possível. Neste momento, profissionais da área de saúde de Israel, Jordânia, Egito e Cisjordânia trabalham de mãos dadas para impedir que a gripe A, antes chamada gripe suína, se instale naquelas terras.

Cooperação científica, tecnológica e humanitária já é uma prática comum e crescente entre aqueles que optaram pela paz. Durante a última guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas, nenhuma bala chegou à Cisjordânia ou saiu de lá. Governada pela Autoridade Palestina, já compreendeu que o caminho das palavras e da negociação é mais frutífero que o das armas. A Cisjordânia experimenta um crescimento econômico como nunca houve nos últimos anos. Os turistas retornaram, a indústria reergue-se e o comércio se aquece.

O povo judeu é da paz e já deu mostras suficientes de ser capaz de exercê-la. E o Brasil? Onde fica nessa história? O Brasil fica em lugar de destaque. Exemplo a ser seguido por nações tidas como mais avançadas, o Brasil abriu suas portas e permitiu que imigrantes oriundos de todas as partes do globo aqui se instalassem fugindo da miséria, da pobreza, das guerras, das perseguições políticas e religiosas. O Brasil se tornou um país de múltiplas línguas, culturas, etnias e religiões, e uma de suas grandes riquezas sempre foi a capacidade de respeitar todas elas, acolher todos em suas fronteiras, fazendo com que cada um desses povos continuasse a preservar sua cultura e, ao mesmo tempo, passasse a amar esta terra, que se tornaria pátria de seus descendentes.

Para nós, brasileiros judeus, existe um motivo a mais. O Brasil foi decisivo na criação do Estado de Israel. Não é nenhum exagero considerá-lo como padrinho de nascimento de Israel. Na pessoa de Osvaldo Aranha, o Brasil presidiu a sessão que votou positivamente pela partilha da Palestina.

Entretanto, a celebração do aniversário de independência do Estado de Israel, neste ano, guarda um significado especial. Há pouco mais de 45 anos, o Brasil entrava em uma de suas fases históricas mais sombrias, que foi a Ditadura Militar. Milhares de compatriotas arriscaram sua vida, muitos a perderam, outros tantos tiveram de fugir para defender a preservação dos direitos civis e das liberdades individuais, preciosos bens conquistados pela civilização ocidental, amante da democracia. Em outros momentos históricos, quando as circunstâncias políticas permitiam, o povo foi às ruas defender seus ideais e seus direitos e, através desses movimentos, nossa democracia avança e sedimenta-se.

Há poucas semanas, quase recebemos em nosso solo, em nossa casa, o maior representante nos tempos atuais do retrocesso político e um dos maiores transgressores dos direitos humanos. Falo do atual Presidente da República Islâmica do Irã. No Irã, mulheres continuam sendo açoitadas. A liberdade de expressão, de orientação, de imprensa e de culto inexistente. As minorias são perseguidas e proibidas de preservar sua cultura. Tudo isso com amparo na lei.

No plano internacional, Ahmadinejad pratica o revisionismo ao minimizar o Holocausto e defende abertamente a eliminação do Estado de Israel. Mais uma vez, o povo foi às ruas. Tendo como carro-chefe o protesto das comunidades judaicas contra sua presença no Brasil, acompanhadas lado a lado pelos diversos segmentos sociais identificados com essa luta, abortamos esse que seria um dos mais tristes episódios das relações externas brasileiras. Receber esse elemento em nossas terras seria um inequívoco sinal de aprovação política de seus atos e de suas falas.

Israel representa, numa parte do mundo onde os valores humanitários defendidos por nossa civilização são constantemente transgredidos e postos em segundo plano, uma ilha de democracia, de liberdade a ser defendida. É a luz de esperança e de exemplo que milhões de cidades esperam um dia alcançar.

Também no campo econômico as relações bilaterais entre Brasil e Israel avançam a passos largos. Dados do próprio governo brasileiro demonstram um incremento absoluto e relativo na planilha de comércio bilateral, sem falar nos inúmeros exemplos de cooperação tecnológica e científica. Somos orgulhosos, sim, pelo que Israel conquistou nesses 61 anos de vida.

A contribuição e participação das comunidades judaicas da diáspora foi e continua sendo elemento importante nesse processo. Aguardamos pela concretização do acordo que sela a entrada de Israel como parceiro comercial do Mercosul. Por fim, continuamos torcendo pelo avanço do processo de paz entre Israel e seus vizinhos, defendendo aquilo que a ONU decidiu em 1947: dois Estados para dois povos. Parabéns, Israel! Shalom!

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a cantora Paola Giannini e o músico Cláudio Giovanni, que apresentarão as seguintes músicas israelenses: "Yerushalaim Shel Zahav" - Jerusalém de Ouro - e "Shir La Shalom" - Canção da Paz.

A Sra. Paola Giannini - Boa-noite a todos. A primeira canção que apresentaremos, "Yerushalaim Shel Zahav", é da compositora israelense e grande dama Naomi Shemer. Ela foi apresentada primeiramente em 1967, por ocasião do Festival Israelita de Música, pela cantora Shuli Nathan. Porém, três semanas após a apresentação, Jerusalém, que até o momento tinha parte sitiada pela Jordânia, foi reunificada, e Naomi Shemer reescreveu a última estrofe. Apresentamos, então, essa nova versão de "Yerushalaim Shel Zahav", com adaptação pessoal nossa.

Faltou dizer que Naomi Shemer, embora não fosse de Jerusalém, amava profundamente essa cidade por dois grandes e bons motivos. O primeiro é que na cidade de Jerusalém ela se formou como musicista, e o segundo é que lá ela foi mãe pela primeira vez.

A segunda canção, "Shir la shalom" - "Canção para a paz", foi escrita por Yakoov Rosetblit e Yiair Rosenblum, em 1969. Essa canção, apesar do fortíssimo apelo pacificador e amoroso, tem uma mancha sangrenta em sua história. Em 1995, quando foi assassinado Yitzhaak Rabin, pela segunda vez Primeiro-Ministro de Israel e laureado com o Prêmio Nobel da Paz, uma cópia de "Shir la shalom" estava em seu bolso.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, na pessoa do qual cumprimento todos os descendentes desse povo israelense extraordinário; cumprimento, com muita estima, o Senador Eduardo Azeredo, nosso amigo, pessoa que já nos governou e que também nos representa no Senado da República. A sua presença, Senador, muito engrandece a nossa reunião festiva de hoje; cumprimento também, com muita alegria, o nosso representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte, meu amigo, companheiro de muito trabalho, Vereador de muita luta, Paulo Lamac; Vereador João Oscar, que tão bem defende os interesses de Belo Horizonte. É uma alegria recebê-los aqui no Parlamento estadual; nosso ilustríssimo Cônsul Honorário do Reino de Marrocos, Sr. Manoel Luiz Cataldo; Exmo. Cônsul Honorário da Polônia Sérgio Pitchon; é uma alegria enorme recebê-los. De forma muito carinhosa cumprimento o nosso Deputado João Leite, que, num momento muito iluminado, foi o autor do requerimento que deu origem a esta homenagem justa de comemorar o aniversário de independência do Estado de Israel; cumprimento as demais autoridades, funcionários da Casa, todos os que nos assistem pela TV Assembleia.

Meus senhores e minhas senhoras, não é fácil falar depois do pronunciamento substancioso, consistente, do Deputado João Leite e também do pronunciamento que saiu do fundo do coração do Sílvio Musman. E ainda mais depois dessa dupla harmoniosa do Cláudio e da Paola. São realmente fantásticas a sintonia e a harmonia que vocês deram a essas músicas. Não sabemos a letra, mas imaginamos como deve ser bonita, porque homenagear Jerusalém e também a Marcha da Paz não pode ser diferente.

Seguindo a nossa tradição, vou tentar fazer um pronunciamento sem me repetir, o que será difícil, em se tratando de Israel.

Quando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais comemora antecipadamente o Dia da Independência de Israel, ao reviver o 14/5/48 - o Senador Eduardo Azeredo disse que nasceu em 1948; tem muita identidade com o Estado de Israel -, data em que a ONU, em reunião presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha, reconheceu o direito do povo judeu a constituir uma nação livre, está, antes de tudo, celebrando os profundos e duradouros laços entre os dois povos.

Assim, com a ajuda corajosa de um diplomata brasileiro, significativa para que Israel, hoje a principal democracia do Oriente Médio, pudesse reunir seu povo no território de onde fora expatriado há 2 mil anos, a história brasileira é marcada pela decisiva contribuição dos judeus. Essa contribuição se deve a indivíduos de notável desempenho profissional e intelectual, mesmas características demonstradas pela atual comunidade israelita de Minas Gerais.

Os judeus brasileiros, em qualquer quadrante do País, distinguem-se tanto em sua atuação empresarial quanto nas profissões liberais, no jornalismo e nas diversas manifestações artísticas. Cito o exemplo dos dois cantores que se apresentaram nesta reunião. O grande valor de Lasar Segall e de Clarice Lispector, na história de nossas artes plásticas e de nossa literatura, inspira a atuação de intelectuais e artistas como Débora Bloch, de origem mineira, Moacyr Scliar, Boris Casoy, Gilberto Dimenstein e tantos outros talentos consagrados na vida nacional.

É emblemático que a Federação Israelita de Minas Gerais seja dirigida por um médico conceituado do porte do Dr. Sílvio Musman, meu colega, pois o primeiro médico diplomado a aportar em terras brasileiras e a exercer aqui seu ofício foi o cristão-novo Jorge de Valadares, vindo na comitiva do Governador-Geral Tomé de Souza, designado Físico-Mor de Salvador. Descendem os cristãos-novos dos grupos de judeus emigrados para Portugal, graças ou em virtude da perseguição da temível Inquisição Espanhola, sendo, mais tarde, obrigados pelo Rei D. Manuel a se converterem ao catolicismo.

Além do nosso primeiro médico, nossa história reconhece no seio da comunidade dos cristãos-novos o nosso primeiro intérprete e o nosso primeiro empresário. Da expedição de Cabral, portanto no momento inicial de nossa existência, fazia parte o intérprete e astrônomo Gaspar da Gama, cujo nome judeu não se sabe. Já o primeiro explorador de pau-brasil, atividade que iniciou a colonização da terra brasileira, tem seu nome - Fernando de Noronha - eternizado no arquipélago de tantas maravilhas naturais, festejado santuário ambiental. Protótipo do empresário judeu, Fernando de Noronha encabeçou um consórcio de cristãos-novos que, além de descobrir 300 léguas de novas terras, construiu algumas de nossas mais antigas fortificações. Tão importante no Nordeste, à época de Maurício de Nassau, a comunidade judaica deixou sua presença registrada em nosso folclore, de acordo com pesquisas de Mário de Andrade, ao recolher duas interessantes canções de aboio junto aos vaqueiros do sertão. Numa delas, um personagem encomenda a um sapateiro um calçado para a celebração do sábado judaico; na outra, há uma referência a uma torá presente na casa de um judeu. É no Império, com a liberdade de culto inserida na Constituição de

1824, que novas levas de judeus, entre as quais se distinguirão os alsacianos, chegam ao Rio de Janeiro e a São Paulo, indivíduos refinados que introduzem entre nós a moda francesa.

A ascensão do nazismo, que levaria ao infame Holocausto, com a morte de 6 milhões de inocentes, trouxe ao nosso país refugiados de toda a Europa, logo integrados na vida nacional, não só nas atividades econômicas mas também nos segmentos acadêmico e cultural.

Hoje a colônia mineira reúne também indivíduos nascidos no Estado de Israel, para cuja fundação um brasileiro conterrâneo teve tão importante papel.

Os laços entre os Estados israelita e brasileiro, incluindo Minas Gerais, se fazem vivos pela colaboração israelense sobretudo nas modernas áreas da aeronáutica, da informática e da segurança.

Nossos cidadãos permanecem, portanto, profundamente interessados nos destinos de Israel, cujo grande desafio tem sido o aprofundamento do processo de paz no Oriente Médio, tão necessário para que o país hebraico possa continuar a crescer e a se desenvolver seguindo seu exemplar processo democrático.

Antes de encerrar, quero homenagear a mulher israelense na figura da saudosa e eterna mulher de fibra Golda Meyr. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 12, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 12/5/2009.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/4/2009

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz, Almir Paraca e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Neider Moreira e Carlos Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir ligações de energia elétrica em áreas urbanas consolidadas consideradas Áreas de Preservação Permanente - APPs -, com base na Resolução nº 369/2006, do Conama, bem como a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Marta Alves Larcher e Andressa de Oliveira Lanchotti, Promotoras de Justiça, representando Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Eduardo Martins, Diretor de Monitoramento e Fiscalização Ambiental, representando José Carlos de Carvalho, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -; Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -; Carlos Alberto Coelho, Gerente de Meio Ambiente da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais - Cemig -, representando Djalma Bastos de Moraes, Presidente dessa empresa; Édio Gonçalves Pinto, Vereador à Câmara Municipal de Itaúna, representando Antônio de Miranda Silva, Presidente da Câmara Municipal de Itaúna, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Neider Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A Presidência recebe requerimentos da Deputada Rosângela Reis em que solicita reunião de audiência pública conjunta com a de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, para debater, no Município de Belo Oriente, o plano de construção do aeroporto da Usiminas e as possíveis consequências da obra no que se refere aos transportes e ao meio ambiente pela ótica de planejamento da Região Metropolitana; e do Deputado Chico Uejo em que solicita reunião de audiência pública no Município de Serra do Salitre, para discutir os impactos ambientais causados pelas atividades mineradoras da empresa Fosfértil nessa cidade, com convidados que menciona. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sávio Souza Cruz em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Conselho Estadual de política Ambiental - Copam - pedido de providências para que ocorra de forma unificada a concessão de autorização ambiental em relação ao processo de implantação das Avenidas José Soares, São João e Walter Mendes Nogueira e loteamentos lindeiros, no Município de Itaúna, com as devidas medidas compensatórias e mitigadoras dos impactos ambientais, se for o caso, bem como que, doravante, em situações análogas, o Copam trate o assunto de modo global, e não lote a lote; Neider Moreira em que solicita seja realizada visita ao Município de Itaúna, para verificar as condições estruturais das Avenidas José Soares, São João e Walter Mendes Nogueira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/5/2009

Às 9h15min, comparece na Câmara Municipal de Coronel Fabriciano o Deputado Fábio Avelar, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o projeto de construção da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE Central - da Copasa-MG. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Andreia Martins de Souza Botelho, Presidente da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano; e os Srs. Luciano Lugão da Silva, Presidente da Comissão de Obras e Meio Ambiente da mesma Câmara; Israel de Paula Ferreira, representante da Associação de Moradores do Condomínio Aldeia do Lago; e Jorge Martins Borges, engenheiro sanitarista, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Sávio Souza Cruz - Almir Paraca.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.621/2007, do Deputado Paulo Guedes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.689/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.324/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.343/2008, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.577/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Fama. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1, com a Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.358/2008, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado os imóveis que especifica, situados nos Municípios de Uberlândia e Unaí. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.008/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de

Arceburgo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir contas de água e de luz para o nome do fiador. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 13/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.129/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.927/2008, do Deputado Lafayette de Andrada.

Finalidade: comemorar, com a presença de convidados, o Dia Mundial de Combate à Homofobia, celebrado em 17 de maio, e marcar os 20 anos da retirada da homossexualidade do catálogo de doenças reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde. Também será discutido o caso de um estudante de Artes Visuais da UFMG que, em 14/3/2009, foi vítima de agressões físicas e verbais por motivações homofóbicas, supostamente cometidas por um aluno da mesma universidade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 13/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Discussão das consequências de uma possível epidemia de gripe suína sobre a saúde pública mundial com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 13/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.743/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.757/2009, do Deputado Lafayette de Andrada.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 13/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.633/2009, da Comissão de Participação Popular.

Finalidade: debate sobre as rochas ornamentais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 13/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 13/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 13/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.027/2009, do Deputado Getúlio Neiva; 3.143/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.155/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.165/2009, do Deputado Padre João.

Requerimento nº 3.749/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 13/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.535/2008, do Deputado Ruy Muniz; 2.725/2008, do Deputado Délio Malheiros; 2.962/2009, do Governador do Estado; 3.029/2009, do Deputado Irani Barbosa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.511/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.580 e 3.581/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A

REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 13/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.623/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; e 3.703/2009, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 13/5/2009, destinada à realização do Fórum Técnico Plano Decenal de Educação em Minas Gerais - Desafios da Política Educacional.

Palácio da Inconfidência, 12 de maio de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 13/5/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 1.621/2007, do Deputado Paulo Guedes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco o imóvel que especifica; 1.689/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 2.324/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica; 2.343/2008, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica; 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais; 2.358/2008, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado os imóveis que especifica, situados nos Municípios de Uberlândia e Unai; 2.577/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Fama; 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arceburgo o imóvel que especifica; 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir contas de água e de luz para o nome do fiador; 3.008/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro o imóvel que especifica; e 3.057/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de maio de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Delvito Alves, Gilberto Abramo, Padre João, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 2.966, 3.169 e 3.186 a 3.188/2009, do Governador do Estado; 3.089/2009, do Deputado José Henrique; 3.199 e 3.202/2009, do Deputado Leonardo Moreira, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

33ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 6/5/2009

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nossos servidores administrativos da Polícia Civil, que vêm aqui

hoje trazer suas reivindicações mais do que justas, acabei de ler as reivindicações da classe e realmente me surpreendi com o contracheque de um dos servidores, Sr. Francisco José Guimarães, que comprova tudo o que está escrito nas faixas de protesto: que o vencimento básico da categoria é menor que um salário mínimo. Então, expressamos aqui o nosso apoio, da Bancada do PT-PCdoB, à reivindicação justa desses funcionários. Espero que esta Casa seja a porta de entrada dessa reivindicação tão justa, para sensibilizar o governo de Minas a atendê-la. Estamos tomando conhecimento dela hoje por meio desse manifesto.

Sr. Presidente, outro assunto que nos traz aqui hoje, em relação ao qual prestaremos esclarecimentos aos nobres colegas, diz respeito ao importante programa do governo do Estado, o Instituto HidroEX - Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas. Trata-se de um instituto de muita importância para Minas Gerais, para o Brasil e para o mundo, o qual está sendo construído na cidade de Frutal. Além desse instituto, haverá mais 30 centros espalhados por Minas Gerais, dos quais 8 ficarão no Norte do Estado.

Na semana passada, acompanhei a delegação brasileira que foi solicitar à Unesco, em Paris, a chancela desse projeto tão importante, que trata do reconhecimento do Instituto HidroEX como instituto de excelência e aplicação para os estudos relativos a águas em Minas Gerais e no Brasil. Estivemos com o Deputado Federal Nécio Rodrigues, que foi um dos idealizadores desse programa; com a ex-Reitora da UFMG, Ana Lúcia Gazzola; com o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia; com o Governador Aécio Neves; e com o Embaixador do Brasil na França. A boa notícia é que conseguimos a aprovação pela Unesco, e esse Instituto já é realidade.

O governo de Minas já enviou à Assembleia um projeto de lei para dar autonomia financeira a esse instituto. Tenho certeza de que ele será de grande importância para todo o Estado de Minas Gerais, principalmente para as regiões mais secas do semiárido, onde formaremos técnicos especialistas em assuntos de meio ambiente. Será uma grande contribuição de Minas para o Brasil e para o mundo colocar esse Instituto para funcionar de verdade. Que esses centros de capacitação, que serão construídos em mais 30 cidades mineiras, sirvam também de instrumento para levar esses conhecimentos a todas as regiões de Minas Gerais.

Precisamos mudar o pensamento quanto ao meio ambiente em Minas. Hoje temos um aparato de órgãos fiscalizadores, mas não temos nenhum órgão preocupado em fazer o trabalho de formação de consciência ambiental diretamente com as pessoas. Precisamos trabalhar, preparar principalmente as pessoas que no dia a dia dependem da sobrevivência de seus rios, das suas nascentes, mas que, por desconhecimento, às vezes não fazem o dever de casa. Então, é isso que precisamos fazer: investir recursos nessa área; fazer com que esse aparato de órgãos que temos funcione de forma diferente, preventiva, de modo a desenvolver, de fato, programas de revitalização das nossas bacias e das nossas nascentes. Acima de tudo, é preciso contribuir para que o povo ribeirinho, para que as pessoas que vivem no campo sejam as principais parceiras na preservação do meio ambiente em Minas Gerais, e não esse aparato de fiscalização que não funciona e que é uma indústria da multa, destinada a promover a perseguição que vemos em Minas Gerais e no Brasil quando se fala em meio ambiente.

Ainda hoje vi uma notícia importante publicada no jornal "O Tempo". O Secretário de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, anunciou que serão revistos os procedimentos de licenciamento ambiental em Minas Gerais. Será diminuída a burocracia para que empreendimentos importantes que funcionariam no Estado saiam, de fato, do papel. Como exemplo, temos a Barragem de Berizal, no Norte de Minas. Há 10 anos, o governo federal, por meio do DNOCS, tenta construir essa barragem tão importante para o desenvolvimento da nossa região e que até hoje não tem licenciamento ambiental em razão de toda essa parafernália burocrática que existe na obtenção do licenciamento em Minas Gerais.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Inicialmente, Deputado Paulo Guedes, gostaria de parabenizar V. Exa., sempre combativo, firme em defesa do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri, dos mais pobres, fazendo justiça social. Conte com o nosso apoio em relação a essas questões ambientais. É preciso que haja a preocupação de preservar o meio ambiente. Não podemos sacrificar principalmente os pequenos produtores, a agricultura familiar, em razão da burocracia, das taxas e das dificuldades que a Secretaria e o governo do Estado impõem aos pequenos agricultores nas questões ambientais.

V. Exa. falou da triste situação dos servidores administrativos da Polícia Civil, o que já é uma novela. O governo do Estado precisa colocar a mão na consciência, ter responsabilidade, sentimento e respeito para fazer justiça com esses servidores, que já estão há 14, 15 anos recebendo menos de um salário mínimo. Muitas pessoas não acreditam nisso, mas é a pura verdade. É isso mesmo. Existem servidores que trabalham há mais de uma década recebendo, como salário-base, R\$324,00. Essa é a realidade do Estado. É um número pequeno de servidores, portanto não custaria nada ao Estado - é muito pouco ou quase nada - garantir um reajuste significativo para fazer justiça a esses trabalhadores, que já ajuizaram representação no Ministério Público. Infelizmente, é desse jeito que as coisas acontecem no País e no nosso Estado.

Tenho aqui várias matérias sobre diárias pagas ilegalmente a Delegados. São matérias questionadas pelo sindicato, que está certo em questionar e reivindicar os direitos dos servidores. Tem de reivindicar mesmo porque, no nosso país, se não colocarmos a boca no trombone, os poucos direitos que temos irão por água abaixo.

Os servidores administrativos da Polícia Civil estão de parabéns. Também parabeno V. Exa. pelo discurso, porque a luta tem de continuar, permanentemente. É o velho ditado: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Tem de ser desse jeito que vocês estão fazendo, marcando presença na Assembleia, colocando faixa e fazendo protestos e manifestações para exigir um posicionamento do governo do Estado, que, infelizmente, paga um dos piores salários do Brasil aos seus servidores. Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. Parabeno-o pela luta e pelo compromisso com o povo.

O Deputado Paulo Guedes* - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Dando continuação ao que falava sobre burocracia, exemplifico com uma observação feita pelo Presidente Lula nesta semana. Ele disse que, se o ex-Presidente Juscelino quisesse hoje construir Brasília durante o mandato, em quatro anos ele não conseguiria nem a licença ambiental. Essa é uma verdade dura, nua e crua, comprovada por esse aparato de fiscalização que deixa em pânico os servidores públicos federais e estaduais. Existem tantas pessoas para fiscalizar que, hoje, quando se quer fazer uma obra ou construir um empreendimento que traga benefícios para a população, não se consegue fazer a coisa andar.

Para se ter uma ideia, quando citei as Barragens de Berizal, do Calindó e de Congonhas, foi para mostrar que os fatos ocorrem dessa forma mesmo. Para se fazer uma licitação, por exemplo, para perfuração de poços para resolver o problema de água do semiárido mineiro, é muita papelada, muita burocracia. E, depois, com todo esse aparato de fiscalização, uma vez que são mais de dez órgãos de fiscalização, acaba um fiscalizando o outro e, no final, não se fiscaliza nada. Existe uma gama de Tribunais que não sabemos para que servem, como os Tribunais de Contas, que também não fiscalizam nada. Há um grande número de pessoas consumindo recurso público, dinheiro nosso, e não nos deixam fazer as coisas.

Dessa forma, uma obra que poderia ser concluída em um ano às vezes demora dez anos. São quatro anos só para o pedido de licença. Fico alegre hoje em ver que o Secretário de Meio Ambiente vai anunciar medidas para desburocratizar os licenciamentos ambientais, mas isso ainda é pouco. Precisamos de mais não só em nível de Estado, mas também em nível federal. Existe hoje um aparato em nível federal que é a mesma coisa. Acontece que, às vezes, o Presidente quer fazer, o governo quer resolver o problema do povo, mas os Tribunais, os órgãos fiscalizadores não deixam.

Os servidores dos órgãos executivos como o DNIT, o DNOCS, a Codevasf e os Ministérios, que realmente tocam as obras, entram em pânico porque os órgãos fiscalizadores só querem multar, só querem chegar lá e dar canetada. A meu ver, esses órgãos deveriam funcionar de forma

diferente. Quando um governo, seja federal, seja estadual, seja municipal, vai fazer um empreendimento, o licenciamento ambiental deveria ser feito pelo órgão ambiental que é pago por nós. Agora fica um monte de técnico sentado, no ar condicionado, pedindo documento, pedindo que se faça um projeto. Já gastamos R\$5.000.000,00 em projetos na barragem de Congonhas, em Minas Gerais, Deputado Padre João. Cinco milhões de reais e ainda não temos a licença ambiental! E quanto não gastamos para manter esse aparato dos órgãos ambientais, do Ibama, do IEF, da Feam e de tantos órgãos? Eles, sim, que ganham do serviço público, é que deveriam fazer esses projetos e ter até tempo determinado para entregar os licenciamentos. Aí venceríamos a burocracia que para o Brasil hoje, que para a nossa nação. Portanto deixo aqui nossa indignação, o nosso pedido de providências para que as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional tomem uma atitude no que se refere a esse aparato de órgãos, que consomem bilhões de reais Pais afora e que não deixam as coisas acontecerem no nosso Brasil.

Encerrando, quero mais uma vez agradecer à nossa comitiva que esteve na Unesco, em Paris, ao Vereador Pablito, de Belo Horizonte, ao Deputado Nárccio Rodrigues, ao Deputado Arlindo Chinaglia, ao Governador Aécio Neves, à nossa ex-Reitora Ana Lúcia Gazola, pois juntos alcançamos o objetivo de aprovar, na semana passada, a chancela da Unesco ao Hidroex. Tenho certeza de que esse instituto fará muita coisa por Minas Gerais, para o Brasil e para o mundo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. e Srs. Deputados. Aporto à tribuna para lamentar não estar presente no Plenário no momento em que o Deputado Sávio Souza Cruz mostrava, aqui, de forma bastante clara, o desapareço de alguns órgãos do Executivo para com esta Casa, o menosprezo para com os parlamentares, ao impedir o ingresso do Deputado Sávio Souza Cruz na Funed, em uma audiência reivindicatória. Estamos hoje recebendo os funcionários administrativos da Polícia Civil. Se lá na Funed os sindicalistas e os Deputados foram proibidos de entrar para discutir esses assuntos, há alguma coisa errada no governo, que precisa estar atento a essa questão. Tenho certeza de que o nosso Governador não aprovaria procedimentos como esse - impedir que Deputados ajudem os servidores a discutir os seus problemas com o governo -, porque, afinal, foi para isso que os Deputados foram eleitos: para atender à população e aos reclamos dos servidores. Tenho em minhas mãos o documento encaminhado pelos servidores e me estranha que, não apenas na secretaria que coordena a Polícia Civil mas, em outros departamentos do Estado, haja servidores que ganham menos que um salário mínimo. Tenho aqui um contracheque de um servidor - não direi o nome para não o expor, embora ele já esteja em fax - e digo que é preciso repensar, mesmo com as dificuldades momentâneas do Estado, nessas remunerações. Lembro-me de que, em 1983, quando assumi a Prefeitura da minha cidade, quase a metade dos servidores ganhava menos do que o salário mínimo. Fiz um projeto de lei singelo: art. 1º - Nenhum servidor perceberá menos que um salário mínimo; art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Se não puder haver uma recomposição salarial que atenda às necessidades das famílias dos servidores administrativos da Polícia Civil, que ao menos se decreta de imediato: não é possível, não é cabível, em um Estado Democrático de Direito, que um servidor do Estado, do Município ou da Federação perceba remuneração abaixo do salário mínimo. Isso é realmente cruel, e talvez o assunto não tenha sido levado ao Governador com a clareza com que o abordo agora: ninguém pode perceber menos do que o mínimo. Essa é uma lei nacional, e o Estado tem de obedecer.

Por outro lado, há de saber que o momento realmente não é muito bom em função da crise internacional que se abateu fortemente sobre Minas Gerais. Mas isso não pode impedir a conversa, a negociação. Nosso companheiro Deputado Vanderlei Miranda, que fará uso do microfone daqui a pouco, também está, como eu, estarecido com o que aconteceu na Funed com o Deputado Sávio Souza Cruz. Aproveito para cumprimentar o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que se retirou do interior da Funed, onde já se encontrava, ao ver que o Deputado Sávio Souza Cruz havia sido barrado, dizendo que não ficaria onde o Deputado Sávio não podia entrar. Assim, elogio a atitude do companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Concedo aparte ao nobre Deputado Vanderlei Miranda, meu grande amigo, companheiro de fé, irmão, camarada.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Permita-me, Deputado Getúlio Neiva, tirar um pouquinho do seu tempo com esse aparte, mas gostaria de fazer coro com os colegas que me antecederam, nos apartes ou da tribuna, trazendo também uma palavra de solidariedade e de compromisso em favor dos servidores que hoje se encontram nesta Casa, com faixas estendidas. Acredito que o Governador não ignora essa situação, uma vez que são servidores do nosso Estado, de que o Governador é o Chefe maior e certamente é informado de tudo o que aqui se passa, principalmente entre os servidores da nossa segurança. Ao ler em uma das faixas a indagação "Como viver com o vencimento de R\$324,00?", ocorre-me outra indagação: como é possível trabalhar de forma inconstitucional, oferecendo um salário que fere o que já está garantido em lei, ou seja, o salário mínimo, que, sendo mínimo, é maior do que R\$324,00? É inconcebível imaginar que alguém em Minas Gerais, terceira economia do País, tenha de fato um salário de R\$324,00. Na carta que foi entregue a todos os colegas, vemos alguns recortes de jornais com reportagens a respeito de alguns "privilégios", entre aspas, mas gostaria de dizer aos servidores que, a despeito de o Ministério Público ter sido acionado para também pelear em favor dessa causa, é responsabilidade desta Casa de leis, sim, trabalhar em favor dos senhores para que o salário seja elevado a um patamar digno, se realmente queremos segurança em nosso Estado. Não posso conceber que salário seja despesa. Salário é investimento, sempre vi assim. O dia em que alguém interpretar salário como despesa, a ordem terá sido invertida. Salário é investimento, assim como se investe em equipamentos, em informática para modernização, e em tantas formas de facilitar o trabalho. E quando falamos desses servidores, estamos falando de gente, e não de máquinas. Se temos investido tanto em máquinas, se fazemos tanto alarde e damos tanta publicidade na hora de entregar essas máquinas, creio que também é a hora de vermos que essas pessoas valem mais do que máquinas. Lembrando Chaplin: "Homens sois, não máquinas". Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado. O PMDB se coloca, de forma integral, na defesa dos servidores da Polícia Civil. Amanhã mesmo nos encontraremos com o Governador em exercício Antonio Anastasia. Vamos viajar juntos e conversaremos sobre essa situação. Nossa sugestão é singela. Trata-se de uma situação fácil de resolver imediatamente, enquanto não se encontra solução definitiva. Infelizmente, os Deputados não podem resolver, pois não podemos crescer despesa, mas vamos pedir ao Governador em exercício Antonio Anastasia que envie a esta Casa um projeto de lei com esta redação simples: "Art. 1º - Nenhum servidor do Estado de Minas Gerais receberá menos do que um salário mínimo como salário-base; Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário". Isso será feito enquanto ganharmos tempo para negociar com o governo uma solução diferenciada. Os salários são baixos, não apenas os dos servidores. Esses são humilhantes.

Fiquei alegre um dia porque fizemos um concurso em Oásis, minha cidade, e três novos Delegados de Polícia foram aprovados, mas dois já foram embora para ser Escrivães na Bahia, onde ganharão mais do que como Delegados em Minas Gerais. Então, a situação é dramática.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. e penso que todos os Deputados devem seguir esse exemplo, pois trata-se de uma questão de justiça. Não podemos conceber um absurdo desse: servidores recebendo menos de um salário mínimo - R\$324,00. Parabenizo o Deputado Getúlio Neiva, que tem sensibilidade. Tenha essa conversa com o Governador em exercício Anastasia, pois a realidade do pessoal é muito triste. Às vezes, esses servidores não conseguem nem pagar as contas de água e de luz, que são muito caras em nosso Estado. Nossa preocupação é com a família e com quem tem filhos na escola, pois a situação dessas pessoas é muito difícil. Essa é uma questão de justiça para com os servidores, que já contribuíram tanto para o desenvolvimento do nosso Estado. Tenha, sim, essa conversa, pois é um sentimento do Parlamento mineiro, e o apoio do PMDB, bancada muito forte nesta Casa, vai contribuir para sensibilizar o governo a enviar o projeto a esta Casa. Não adianta fazer mais promessas, pois já prometeram várias vezes. É importante que o PMDB, o PT e todas as bancadas cobrem para o projeto chegar a esta Casa. Parabéns.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado. Vamos concluir dizendo aos servidores que conhecemos e entendemos a dificuldade por que o Estado está passando, pois o Estado exportador perdeu mais receita do que os demais Estados brasileiros e a situação em Minas não é muito boa do

ponto de vista financeiro. Mas isso não significa que não se possa corrigir uma injustiça tão dramática quanto essa que os servidores estão vivendo. Haja recursos onde houver, tentaremos buscá-los para resolver essa situação, ainda que provisoriamente, garantindo que ninguém ganhe menos do que o mínimo em Minas Gerais. Essa é uma questão de honra. Lutaremos por esse servidores da mesma forma como lutamos por outras categorias. Lutamos muito. Os Defensores Públicos tiveram seus salários mais do que dobrados graças a esta Casa. Temos lutado muito, mas, especificamente em relação a várias categorias de diversas Secretarias de Estado que percebem menos do que o mínimo, não conseguimos ainda uma vitória. É preciso que nos engajemos nessa luta. Com o beneplácito do PMDB, vamos levar ao governo do Estado a reivindicação, juntamente com o PT, conforme os Deputados Padre João e Weliton Prado já anunciaram. Nossos partidos vão pedir ao Governador em exercício que reveja essa situação na Seplag, que faça uma planilha e uma projeção, para ser adotada, de imediato, uma solução provisória, enquanto se elabora uma solução mais adequada, porque não é possível que a situação continue como está.

Não é possível, não é admissível que famílias inteiras consigam viver com um dinheiro que não dá para cobrir a cesta básica para alimentar quatro pessoas. E vemos todos os dias, nos jornais e na televisão, o levantamento do valor da cesta básica. Sabemos que R\$324,00 não dão para comprar comida nem para pagar a conta de luz ou de água. Como pagar o transporte? Para auxílio-alimentação, R\$45,00 - está aqui, no extrato. É um absurdo.

Concluimos, Sr. Presidente, dizendo aos servidores da Polícia Civil, assim como a toda a sua corporação, que é preciso recompor os salários da Polícia Civil, do Delegado até embaixo, ou de baixo até em cima. A recomposição dos militares já foi feita, agora é preciso fazer a da Polícia Civil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, companheiro Deputado Weliton Prado, nobres colegas Deputados. Saudação especial aos que nos acompanham nas galerias; aos Vereadores César e José Carlos, de Cristais; aos servidores da Polícia Civil; aos demais Prefeitos e Vereadores presentes.

Ia abordar outro assunto, mas seria omissão da minha parte não pegar o exemplo dos servidores da Polícia Civil e não fazer menção ao modelo de Estado que está sendo construído em Minas Gerais. Participei de um seminário, o dia inteiro, há menos de 15 dias, em Porto Alegre. Os modelos aqui e em Porto Alegre são idênticos. Nesse seminário em Porto Alegre, tínhamos também representantes da Assembleia Legislativa de São Paulo, e lá é o mesmo modelo. A coincidência é que Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul são governados por lideranças políticas do PSDB. Ainda podemos fazer uma retrospectiva do modelo de Estado colocado por Fernando Henrique Cardoso, ou como as políticas foram executadas. O que o Governador Aécio Neves trouxe de inovação em relação ao modelo de Fernando Henrique é o discurso, o "marketing". Ele diz que tem que se investir menos na máquina e mais nas pessoas. E pergunto ao Governador: ter servidores públicos, que representam o Estado, em situações perigosas até, em nome do Estado, como quem está ligado à Secretaria de Defesa Social? Além disso, quem, em nome do Estado, está também numa sala de aula. Com a permissão dos senhores, quero estender dizendo que o piso salarial está muito abaixo do salário mínimo, ou seja, pouco mais da metade. Essa é a realidade de vários servidores da saúde e da educação. É importante socializar com os telespectadores da TV Assembleia que, sendo autêntico e verdadeiro - aliás, às vezes somos questionados dizendo que não trabalhamos na tribuna com a verdade -, o rendimento total enquanto a pessoa está na ativa ultrapassa R\$300,00, chegando, às vezes, a R\$400,00.

Todavia, há um problema maior. Além de ter baixa remuneração mesmo na ativa, o pior acontece quando a pessoa se aposenta. Por quê? Porque, quando se aposenta, perde vários benefícios conquistados, seja o adicional noturno, seja a periculosidade e, no caso de alguns, o pó de giz. Além de já estar com a saúde debilitada, fica sem dinheiro, pois o salário que recebe sofre queda. Depois de aposentada, quando já disponibiliza de tempo para passear e visitar os familiares - o que é justo -, nem sequer tem dinheiro para o sustento. É importante frisar que, às vezes, quando nos aprofundamos na reflexão de um modelo de Estado, do que se chama de Estado mínimo, isso é questão ideológica. Estamos discutindo aqui a realidade do modelo de Estado. Muitos o projetam para ser um modelo de nível nacional, como se ele fosse a solução para o Brasil. Na verdade, é um modelo que não investe nas pessoas, não as respeita nem valoriza o ser humano e o profissional. Que qualidade de política queremos se não investimos nas pessoas? Que qualidade é essa? Para nós, é um modelo que deveria estar superado em todas as áreas e não somente na defesa social.

Especificamente, cumprimentamos os senhores, da Polícia Civil, que aqui estão e têm coragem de mostrar o rosto. A luta dos senhores vale para milhares e milhares de servidores do Estado que estão na mesma situação. Parabéns pela luta. Essa luta é justa, pois a dignidade do trabalhador...

Celebramos o 1º de maio como o Dia do Trabalhador. Muitos ainda têm como lema que o trabalho dignifica o homem e enobrece a alma. De forma alguma. Nem todo tipo de trabalho o dignifica. O trabalho pode ser um meio de degradar a vida do ser humano. Criticamos as empresas que exploram o trabalhador e a trabalhadora. Por isso, o Estado tem de dar exemplo nas relações de trabalho, se trata do poder público. No entanto, lamentavelmente, o modelo de Minas Gerais não pode ser seguido. Infelizmente, ainda há Governadores, como a Governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, que estão copiando muita coisa daqui.

Cadê a eficiência de planejamento de gestão? Cadê o choque de gestão? Choque de gestão é isso? Isso é que é investir menos no Estado e mais nas pessoas? Então, imaginem como estaria a situação se não houvesse esse discurso de investir nas pessoas com o salário miserável de R\$324,00. É uma vergonha.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Deputado Padre João, quero primeiramente neste aparte saudar os trabalhadores que aqui se encontram e que lutam para que o trabalho seja digno e respeitado. Só assim o trabalho tem valor como promotor da dignidade humana e do desenvolvimento. Parabéns pela luta de vocês.

Também quero falar sobre o choque de gestão que o Deputado Padre João mencionou. Ontem houve um choque de gestão em frente à Funed. Para que V. Exa tenha idéia do tamanho desse choque de gestão ou da indigestão que tivemos - afinal, o fato ocorreu no horário do almoço -, os trabalhadores da Funed propuseram uma assembleia para discutir suas condições de trabalho e de salário, reivindicações justas de qualquer classe, grupo ou categoria de trabalhadores.

Deputado Carlin Moura e Deputado Weliton Prado, que está presidindo esta reunião, vejam o primeiro ato do choque de gestão: a Diretoria da Funed não permitiu que os Diretores do sindicato, os representantes dos trabalhadores pudessem entrar no pátio da fundação e participarem da discussão. Tiveram de ficar do lado de fora, apartados os líderes e os representantes dos trabalhadores. Isso já era um absurdo inaceitável. A situação se agravou ainda mais quando chegou lá o Deputado Sávio Souza Cruz, e não foi permitida a sua entrada no pátio da Funed para atender ao convite dos trabalhadores. Tenho a impressão de que nem no tempo da Ditadura a situação era tão afrontosa assim contra a classe trabalhadora; essa atitude caracteriza o mais mesquinho ato contra essa classe. Essa é uma situação.

Outro choque de gestão é o que está acontecendo aqui hoje: temos reunião da Comissão de Fiscalização Financeira. Não sei por que cargas d'água, foi-me dada a responsabilidade de emitir parecer sobre uma proposta de, uma permuta de uma área do Estado - em torno de 2.500m² - por outra área particular, cujo tamanho é inferior à metade dessa. A avaliação que nos foi apresentada, inicialmente, reputava os valores como equivalentes em função de estarem as áreas situadas em lugares diferentes. Até aí, tudo bem. Mas, com o cuidado que deve ter um parlamentar, e eu teria de tê-lo naquele momento, solicitei à minha equipe de assessores que visitassem as áreas que seriam objeto da

permuta.

Deputado Padre João, não sou técnico em análise, por isso mesmo estou pedindo uma reavaliação técnica. O que nos parece é que os valores são muito diferentes, e a diferença maior é em favor da área do Estado. As manobras que estão sendo feitas na Comissão de Fiscalização Financeira são para que não discutamos e não façamos uma avaliação. Hoje mesmo a reunião foi encerrada por falta de quórum, com os parlamentares aqui presentes, tendo esse projeto de lei - praticamente o único - a ser avaliado e analisado. Cinco minutos seriam suficientes para emitirmos nosso parecer por meio de uma nova avaliação feita com base em todas as informações técnicas.

Não posso admitir que o governo que fala em choque de gestão trate a coisa pública desse jeito; não posso admitir que quem fala de choque de gestão na lógica do desenvolvimento trate os trabalhadores como estão sendo tratados. A coisa pública parece que virou patrimônio de poucos. O choque de gestão está sendo usado para sustentar o interesse de alguns em detrimento do bem comum, da coletividade.

Então, quero deixar isso registrado aqui, pois cabe a nós - de modo especial a mim, mas também ao PT, ao PCdoB -, que estamos acompanhando o governo para podermos fiscalizar corretamente os seus atos, acompanhá-lo "pari passu", a fim de que os eventuais atos na lógica do choque de gestão não continuem sacrificando os interesses públicos, os interesses maiores da comunidade mineira. Portanto, deixo isso registrado, porque nenhum ato, nenhuma manobra, nenhum jogo será permitido aqui para facilitar a prática de atos prejudiciais ao interesse público, venham de onde vierem.

O Deputado Padre João* - Obrigado, companheiro Adelmo.

Embora haja grande dificuldade e impedimento em fiscalizar, o que vai ficando cada vez mais claro é que, no seio de um governo que propaga não haver corrupção, existe a corrupção sim. Mas infelizmente há uma blindagem, mesmo onde se anunciam alguma coisa, como nas terceirizadas da Cemig, como nas empresas que assumem obras da Copasa, nas rodovias. Há uma coisa séria, mas aqui, de certa forma, existem dificuldades para fiscalizarmos. O que peço aos nobres pares desta Casa é que, juntos, independentemente de partido - aliás, penso que deveria ser primeiramente um compromisso dos Deputados do PSDB -, conclamemos a autonomia desta Casa para darmos um choque no governo, um choque de responsabilidade para com os servidores públicos, um choque de responsabilidade social, pois não teremos um Estado forte se não começarmos com o compromisso para com o servidor. Esperamos uma resposta desta Casa para dar, de fato, um choque de responsabilidade e de compromisso para com o servidor. O nosso compromisso é o de - posso dizer isso em nome da Bancada do PT, PCdoB - estarmos com os servidores administrativos da Polícia Civil. Firmeza na luta! Buscaremos outros servidores injustiçados deste Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço ao ilustre Deputado Weliton Prado, Presidente desta reunião. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, boa tarde.

Sr. Presidente, não iria ocupar a tribuna desta casa nesta tarde, mas o fiz em nome dos servidores administrativos. Entendemos que a luta não pode ficar apenas com esses servidores. É necessário que os Deputados desta Casa, seja os da Oposição, seja os que compõem a base de governo, possam exercer, de forma verdadeira, o mandato que lhes fora confiado como porta-vozes, como aqueles que recebem a todos nesta Casa, neste poder, um poder acessível em que se acompanha as votações tanto no Plenário quanto nas comissões. Sempre digo que há muitos servidores públicos e, se há um poder acessível, este é o Legislativo. É assim que queremos somar às vozes dos servidores administrativos do Estado de Minas Gerais, sejam das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros, da Secretaria de Defesa Social, para fazer um apelo ao Governador Aécio Neves, pela sua competência. Sabemos que o Governador tem delegado muitas tarefas ao Vice-Governador, incluindo a análise de projetos, concessão de reajustes salariais. O Vice-Governador tem abraçado praticamente todas as áreas do Estado. Portanto o nosso apelo é dirigido ao Governador Aécio Neves e também ao Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia. É lamentável pegarmos o contracheque de um servidor administrativo que tem três quinquênios e verificarmos que recebe um salário bruto de R\$563,00. Se retirarmos esses quinquênios, de R\$72,20, o valor será de R\$490,00. O salário líquido é de R\$387,28. Não há como sustentar uma família dignamente com esse salário e trabalhar hoje. O servidor tem muitas despesas para chegar ao local de trabalho: precisa fazer um lanche, tomar café, pagar a passagem. Realizamos audiências públicas três vezes para tratar do assunto, sendo que uma delas ocorreu neste Plenário. Na ocasião, contamos com a presença de mais de mil servidores administrativos, que usaram o microfone e foram ouvidos atentamente. Esperamos que o Governador tenha se sensibilizado. Deputado Adelmo Carneiro Leão, V. Exa. chegou aqui antes deste Deputado, é um parlamentar aguerrido, competente e sempre se colocou ao lado dos trabalhadores. Esta Casa tem a missão constitucional de ouvir e ter sensibilidade, o que não existe em outros Poderes. O Deputado tem a característica de ser paciente, ficar sentado por 5, 6, 8, 10 horas ouvindo os participantes de uma audiência pública. Muitas vezes, o servidor ou o cidadão faz críticas diretamente a nossa pessoa e, às vezes, críticas contundentes. Mas exercemos o nosso papel de ouvir e ser porta-vozes de todos. Deputado Adelmo Carneiro Leão, o tempo nos ensina a ter cada vez mais paciência, até para não perdermos a sensibilidade humana, não nos distanciarmos dos cidadãos. É isso o que nós fazemos. Quando viajamos, vamos às nossas bases nos finais de semana - é bom que a imprensa se lembre de que fazemos isso nos finais de semana -, exercitamos essa paciência novamente. Esse é o diferencial de um Deputado, de um representante eleito pelo voto popular. Temos a capacidade de ouvir atentamente e exercitar a sensibilidade humana. É com esse propósito, é com esse objetivo que ocupo esta tribuna, ilustre companheiro, para dizer ao Governador que precisamos encontrar uma solução. Sabemos, sim, que a receita do Estado caiu. Isso não é blefe do governo federal, não é blefe do governo estadual e muito menos do governo municipal.

A parcela de servidores administrativos é muito pequena. O Estado deve ter em média 490 mil servidores públicos.

Portanto, é necessário que o Governador Aécio Neves e o Vice-Governador Anastasia tenham sensibilidade e ouçam os Deputados desta Casa dizerem que esse salário não pode continuar como está. Os servidores são um contingente pequeno. Precisamos de providências por parte de quem tem realmente a caneta, porque são servidores do Executivo. Se fossem servidores deste Poder, estaríamos cobrando uma ação conjunta do nosso Presidente, da nossa Mesa, da qual faço parte. Como são de outro Poder, estamos aqui fazendo esse apelo, aliás como Deputado da base do governo.

Concedo aparte ao ilustre companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão, que muito nos honra com seu retorno a esta Casa.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, é lamentável que estejamos vivendo em um Estado com tamanhas e significativas riquezas e tenhamos que tratar da questão da crise, que está aí, que realmente é verdadeira, profunda e intensa. Mas não posso aceitar que essa crise seja utilizada como argumento para sacrificar a classe trabalhadora. Isso é inaceitável. Existem muitos setores deste Estado onde se pode promover redução, cortes. Podemos postergar certos investimentos, mas não dá para postergar o trabalho, a condição de vida dos trabalhadores. Vejo aqui um auxiliar da Polícia Civil. São centenas de pessoas que estão sobrevivendo com um salário aviltante, com um salário bruto de R\$563,00. Isso é inconcebível. Trata-se de um trabalho duro, difícil, arriscado, sofrido. Isso está acontecendo na segurança pública, na educação, na saúde, e estou vendo o argumento da crise ser utilizado para sacrificar ainda mais a classe trabalhadora.

O chamado Centro Administrativo virou Cidade Administrativa, numa tentativa de imitar a ousadia de Juscelino Kubitschek quando fundou Brasília. É totalmente diferente. Primeiro, é preciso considerar que Juscelino fundou Brasília em outro tempo, em outra condição, no intuito de

levar o desenvolvimento para o interior do Brasil. Em Brasília, quem tem demandas no Judiciário, no Executivo e no Legislativo tem que deslocar-se poucos metros. Aqui, construída a chamada Cidade Administrativa, o que vai acontecer quando alguém tiver uma demanda no Executivo e outra na Assembleia? Terá que deslocar-se 30, 40 quilômetros. Mas a obra não pode parar. Pode parar o salário dos trabalhadores, pode parar a contratação dos concursados, pode parar as ações voltadas para o ser humano. Como disseram o Deputado Padre João e o Deputado Sargento Rodrigues, que têm tido uma grande sensibilidade, fazendo uma luta importante, principalmente em relação aos servidores ligados à segurança pública, não podemos admitir e aceitar que a crise seja utilizada para sacrificar pessoas.

O Deputado Sargento Rodrigues - Quero mais uma vez agradecer ao ilustre Deputado Adelmo Carneiro Leão, que tem-se posicionado de forma muito serena, mas muito determinada em defesa dos trabalhadores em geral. Enquanto V. Exa. fazia esse aparte, eu me recordava do prefácio da nossa Constituição da República de 1988. Esse prefácio nos remete exatamente ao centro da nossa fala, da fala de V. Exa. e de outros Deputados: "A Constituição Coragem. O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto, sem cidadania. A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País. Diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem. Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança. É a Constituição cidadã.". Essa é uma parte do prefácio da Constituição da República. Ao ler os primeiros artigos e os primeiros incisos dessa Constituição cidadã, observaremos que o art. 1º diz o seguinte: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;...". Não podemos, Deputado Adelmo Carneiro Leão, entender que esse prefácio possa ser letra morta na Constituição da República, que os fundamentos que norteiam todas as demais legislações, o restante da Constituição da República, as leis infraconstitucionais, as leis ordinárias, os decretos e as leis estaduais não tenham como primazia o homem. Por diversas vezes, ocupei esta tribuna para dizer que não aceitava o contrato draconiano, leonino, maquiavélico a que estavam sendo submetidos os agentes contratados da área da saúde, da segurança ou da defesa social. Não concordávamos com isso. Depois de muita luta, aprovamos aqui o Projeto de Lei nº 2.578, do governo do Estado, do qual aguardamos apenas a sanção para pacificar esse assunto. Temos a missão de legislar buscando a pacificação e o interesse social. Fazemos esse apelo ao Governador em nome da Constituição e do que nós, Deputados, o próprio Governador e qualquer homem público juramos durante a nossa posse: respeitar as Constituições da República e do Estado e as demais leis. Portanto, o nosso apelo é para que a dignidade da pessoa humana, os valores sociais e do trabalho sejam respeitados no caso dos servidores administrativos do nosso Estado. Não podemos permitir que servidores ganhem um salário tão ínfimo a ponto de comprometer a sua dignidade, a sobrevivência da sua família. Imagine que esse servidor seja casado, tenha filhos, pague aluguel e o seu transporte! O que sobrá para ele ao fim do mês?

Deputado Adelmo Carneiro Leão, tive a oportunidade de morar no Cabana do Pai Tomás durante 20 anos. Por diversas vezes, peguei ônibus e coloquei a marmita debaixo do braço. Sei, portanto, perfeitamente o que é ser assalariado, depender disso. Na época, eu era arrimo de família. Sabemos, então, o que estão passando.

O nosso apelo ao Governador Aécio Neves e ao nosso Vice-Governador é para que olhem para os servidores administrativos com sensibilidade, respeitando a dignidade da pessoa humana, e que mandem a esta Casa um projeto de lei, o mais rápido possível, dando-lhes um reajuste que, no mínimo, possa recompor as suas perdas salariais, a fim de que tenham a dignidade que todo cidadão merece. Essas são as nossas palavras, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Mais uma vez, cumprimento o Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário da Mesa da Assembleia.

O próximo inscrito é o Deputado Carlin Moura, autor do requerimento, muito importante, com a Deputada Elisa Costa, hoje Prefeita de Governador Valadares, que deu origem à realização do fórum técnico do Plano Decenal de Educação, cuja etapa final acontecerá de 13 a 15 de maio, na Assembleia.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, telespectadores da TV Assembleia, faço um cumprimento mais do que especial aos servidores administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais. Quero dizer-lhes que aqui, na Casa Legislativa de Minas Gerais, os senhores serão sempre ouvidos e atendidos, diferentemente do que aconteceu em Ouro Preto, no dia 21 de abril. Vários dos senhores, juntamente com o Sindpol, lá compareceram e foram proibidos de entrar pelo Governador do Estado, que rasgou a Constituição da República e impediu que os trabalhadores e servidores administrativos chegassem até a Praça Tiradentes. Parece que Minas insiste, por meio do Chefe de seu Poder Executivo, em descumprir a Constituição da República. Por que os servidores da Polícia Civil foram impedidos de chegar à Praça Tiradentes? Talvez isso tenha acontecido para que ninguém saiba que Minas é o único Estado da Federação que quer cumprir às avessas o artigo que determina que os Estados Federados não têm autonomia para instituir seu salário mínimo regional. Parece que em Minas realmente há um salário mínimo regional, e ele é inferior ao nacional.

Senhoras e senhores, está aqui o contracheque de um servidor administrativo da Polícia Civil de Minas Gerais, com o vencimento básico de R\$340,67. Esse é o salário mínimo do nosso Estado, esse é o salário mínimo que o Governador quer pagar aos servidores, e isso traz muito prejuízo ao povo de Minas. Quando vamos ao Detran, encontramos lá um pobre servidor com esse salário aviltante, e o mesmo acontece em uma Delegacia de Polícia, no IML, enfim, nos órgãos da Polícia Civil: o servidor administrativo recebe um salário básico de R\$340,00 e um vencimento total de R\$563,00. Assim, não estamos realmente valorizando o servidor público.

A lógica deste Estado é a de um Estado mínimo, com a política do choque de gestão, que considera o servidor público descartável, sem função. Para ele, vale sempre o mercado. É interessante observarmos que o neoliberalismo está caindo pelas tabelas mundo afora, e Minas Gerais parece ser seu último reduto, pois não valoriza o servidor público, pelo contrário, valoriza a iniciativa privada. Há muitas Oscips em Minas, e essa é uma forma de terceirizar o serviço público, sem o controle público. Elas recebem fortunas e remuneram bem seus funcionários, sem nenhum controle do poder público. Elas estão ganhando altas fortunas no Estado em detrimento da valorização do servidor público. Não é à toa que, após transcorridos sete meses da crise econômica que se abateu sobre Minas, o único pacote apresentado pelo governo justamente tenha proposto a redução do custeio nas áreas sociais: na educação, não fazem o reajuste do salários dos professores; na saúde, há cortes na Fhemig.

Isso tem nos preocupado muito. Queremos prestar nossa solidariedade aos servidores administrativos da Polícia Civil. Esse é o mesmo pleito dos servidores administrativos da Secretaria de Educação, que também se encontram em situação muito difícil. Ainda hoje, pela manhã, na Comissão de Educação, estiveram os professores da Faculdade de Educação da Uemg, mais uma vítima do choque de gestão. Senhoras e senhores, essa Universidade está em processo de paralisação porque vários professores foram efetivados no ano passado com cargas horárias distintas. Em vez de os efetivar com a carga horária de 40 horas semanais, que é o regime de horas compatível para se manter o currículo, efetivaram-nos com cargas horárias das mais variadas: uns com 20 horas, outros com 16 e outros até com 6 horas. E, para manter seus cursos funcionando, a Uemg faz a designação dos professores para completar a carga horária a fim de ministrarem aulas aos alunos.

Pasmem os senhores: uma determinação, um decreto do governo do Estado proibiu as designações na Uemg. O que isso significa? Prevalendo esse decreto, a Uemg fica inviabilizada. Não há como a faculdade de educação de Belo Horizonte manter o curso, porque não há professor para dar aula. Como o professor que tem carga horária de 6 horas ou o que tem 16 horas vai dar 40 horas de aulas? Vai trabalhar de graça para o Estado? Esse decreto vai comprometer o funcionamento da Uemg.

Então, recebemos os professores da Uemg aqui hoje. Eles fazem um apelo à Secretaria de Planejamento e à Secretaria de Ensino Superior do Estado porque, se prevalecer essa proibição à Uemg, inviabilizaremos a Universidade. O que se confirma? O que se confirma é que neste Estado servidor público não tem valor. Servidor público, para o choque de gestão, para os doutores do mercado, não tem valor. Parece que eles insistem em permanecer no erro: Estado mínimo, mercado máximo.

Farei aqui, rapidamente, a leitura do documento que a Uemg apresentou. Aliás, trata-se de uma forma de valorizar a luta dos servidores da Polícia Civil, porque os servidores públicos são um conjunto. Os servidores da Uemg dizem o seguinte: "A direção da Faculdade de Educação, por meio do Ofício nº 87/2009, foi informada, pela MM. Reitora, do não enquadramento das recentes solicitações de designações de professores da unidade encaminhadas à direção do Campus BH em 24/3/2009, nas duas situações no momento permitidas pela Seplag para designação de professores.

As mencionadas designações foram propostas e encaminhadas em tempo hábil e fundamentadas nas diretrizes vigentes praticadas na Universidade. Trata-se de designações em razão de afastamentos de docentes previstos no conjunto da legislação pertinente da Uemg, como, por exemplo, licença médica, transferência para outra unidade, ocupação de cargos de chefias de departamento e coordenação de curso, qualificação profissional, algumas, aliás, anteriormente autorizadas e publicadas no diário oficial 'Minas Gerais'.

Além disso, foram necessárias designações devido à abertura de turmas especiais para casos de adaptação curricular de alunos recebidos por transferência, conforme prevê resolução da Reitoria da Uemg, bem como de alunos em regime de dependência". Inclusive, com a formação do novo curso de Políticas Públicas, foram necessárias designações.

"O indeferimento das referidas designações tem repercussão negativa no cumprimento das finalidades e funções básicas da Universidade, ensino, pesquisa e extensão, e impedirá a execução integral das atividades acadêmicas previstas para o primeiro semestre de 2009 na Faculdade de Educação. Além dos constrangimentos moral, funcional e material advindos desse indeferimento, para o corpo docente, cumpre destacar os prejuízos para a vida acadêmica dos discentes, dos alunos, uma vez que os atos didáticos praticados pelos professores, cujas designações não foram aprovadas, não têm validade legal. Nessa situação encontram-se 14 disciplinas distribuídas em 11 turmas". Quer dizer, 11 turmas estão ameaçadas de ter as suas aulas interrompidas.

"O maior comprometimento, no entanto, relaciona-se aos alunos do 8º período, pois a Universidade não terá condições de assegurar a conclusão do curso no tempo previsto".

Então, esse é mais um ato desse governo que quer justamente parar a educação em Minas Gerais, que quer impedir que os servidores públicos deste Estado tenham uma vida digna. E do que precisamos neste momento? Neste momento, em Minas Gerais, é preciso uma ampla unidade de todos aqueles que querem um Estado verdadeiramente funcional, que valorize o seu servidor, que invista no serviço público, na educação, na segurança pública. Agora, para isso, temos de romper a barreira que impera em Minas Gerais hoje, a barreira que consiste em achar que acima das pessoas humanas, do servidor público, do povo de Minas Gerais está o mercado.

Esse deus mercado tem pé de barro e já cai pelas tabelas no mundo afora. E aqui, em Minas Gerais, cairá também, porque haveremos de ter uma forte unidade de servidores e trabalhadores mineiros. Registro a nossa solidariedade aos servidores administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Colegas Deputados, todos que nos acompanham pela TV Assembleia e, de modo especial, servidores da área de segurança pública, aos quais manifestamos nossa solidariedade e compreensão. De fato, temos muito o que caminhar para chegar a um tratamento mais justo, e nesse aspecto a questão salarial é fundamental. Isso deve estar sempre na nossa pauta e na nossa preocupação. Espero que juntos busquemos soluções para esse e outros problemas.

Ainda na semana passada, debatíamos aqui, numa audiência pública que tomei a iniciativa de propor e que se realizou, a situação semelhante de servidores de uma área extremamente importante, de educação especial, isto é, dos que atendem crianças portadoras de deficiência nas Apaes ou nas escolas especiais. São crianças que precisam de atenção diferenciada, além da atenção dos professores, e que precisam de fonaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos etc. Esses profissionais mostraram, assim como os servidores da área administrativa da segurança pública, que aqui também trazem uma situação preocupante, que muitas vezes os servidores continuam na área pública porque já têm uma paixão, um compromisso e uma história de vida com ela. A situação salarial deles, em alguns casos, requer uma atenção diferenciada, porque a situação é diferenciada, e diferenciada de uma forma injusta. É preciso corrigir essa injustiça.

Faço essa referência para dizer que, a exemplo de vocês, que estão com uma situação salarial que, com justiça, precisa ser revista, os servidores da audiência pública a que me referi, educadores e ao mesmo tempo profissionais de saúde, têm uma jornada de 30 horas de trabalho - maior que a jornada de um professor, que já ganha muito mal - e ganham menos que um professor. Além disso, são todos profissionais de saúde de nível superior, com um piso salarial da ordem de quinhentos e poucos reais, o que torna impossível a vida deles. Sei que a situação de vocês chega a ser mais aflitiva ainda, por isso esperamos, numa matéria como essa, estar todos unidos para encontrarmos uma solução.

Sr. Presidente, nessa linha de união, quero confraternizar-me com o Deputado Doutor Rinaldo, já que estamos juntos num processo de harmonia e trabalho nas regiões em que atuamos e, de modo especial, em Divinópolis, onde tivemos a alegria de ser Vereadores juntos. Posteriormente, tive a felicidade de ser Prefeito da nossa querida Divinópolis. E hoje, sendo Deputado e tendo uma obrigação com toda Minas Gerais, mas, obviamente, conhecendo como conhecemos as dificuldades de Divinópolis, trabalhamos juntos por aquela terra. Ontem tivemos a oportunidade de, em audiência pública na Câmara Municipal, convidados que fomos pelos Vereadores de Divinópolis, prestar contas, mostrar o que conseguimos fazer, e, na medida em que nos unimos, o resultado com certeza aparece. Foi com alegria que constatamos que o volume de recursos, de ações, de serviços para melhorar a saúde, para melhorar a educação, para melhorar a segurança pública, e as obras públicas que conseguimos para o Município, nos últimos anos, são recordes em níveis jamais vistos na história do nosso Município. Isso é benefício para o povo, e é essa a função do representante aqui neste Parlamento.

Diria que o Deputado tem três funções essenciais, como todo legislador tem. Às vezes o cidadão faz uma reflexão rápida, até por analogia com o nome - Poder Legislativo, legislador, Deputado - e tem a ideia de que a nossa função única é legislar, o que é um grande equívoco. Essa é uma das funções, diria que tão relevante quanto as outras. Temos a missão de legislar, de cuidar para que a legislação sirva ao interesse do nosso povo, aperfeiçoá-la, debater com o governo do Estado a necessidade de mudança. A própria questão salarial só se muda em função de lei de iniciativa do Executivo, por força constitucional, senão este Plenário teria que estar lotado para esse debate, e a solução para o problema teria que ser encontrada quem sabe hoje ou esta semana. Mas o certo é que, em alguns aspectos, o Poder Legislativo fica limitado. Há razões de ordem constitucional para isso, mas é nosso dever legislar.

E é nosso dever - o segundo pilar - fiscalizar, verificar se há uma distorção, se há uma injustiça salarial, se algo não está sendo atendido adequadamente, se há uma demanda. É um exercício fundamental da nossa vida parlamentar e é um princípio constitucional. Eu, que sou da base do Governador Aécio Neves, para discutir um assunto ou verificar se algo precisa ser corrigido, ser melhorado, não tenho que

necessariamente ser da Oposição. Às vezes o verdadeiro companheiro é aquele que está preocupado em identificar alguma falha e buscar a sua solução. Nunca tivemos nenhum receio de fazer isso. Sempre procuramos ser aliados, leais, e essa é uma característica minha, sou absolutamente leal. Num momento mais difícil, num embate mais caloroso, procuro manter a minha lealdade. Isso é princípio de vida. Agora, lealdade é muito diferente de subserviência. Lealdade é você ser companheiro, especialmente para buscar as soluções e para avançar. E isso inclui o nosso dever de sermos agentes fiscalizadores, para buscarmos um funcionamento adequado da estrutura pública.

O terceiro pilar é o da representação. Somos um interlocutor, um representante, um despachante, alguns dizem, de luxo. Não considero de luxo, o verdadeiro político deve estar no meio do povo, deve prestar contas, como fizemos ontem, tem que ser acessível. Vocês devem ter observado que coloquei meu celular no silencioso, não sei se isso foi filmado, mas vocês viram que operei meu celular quando comecei a falar. Nesse pequeno período, deixo de atender a meu telefone, mas, fora isso, atendo o dia inteiro, em fins de semana, à noite e falo com Minas Gerais inteiro, porque represento o povo deste Estado. Esse terceiro pilar da representação é essencial: falamos pelo povo mineiro, buscamos solução para o seu sofrimento. Na sexta-feira terei a alegria de estar na inauguração de uma escola. Agora, há poucos minutos, uma Diretora me convidava, agradecida pelo nosso trabalho em buscar solução para a escola que tinha problemas seriíssimos, desde infiltrações até uma absoluta falta de condição para que os alunos e os professores ali atuassem. Portanto, quando representamos e buscamos, na Secretaria de Educação, a reforma de uma escola, quando representamos e buscamos solução para construir um posto de saúde, para melhorar a segurança pública, para adquirir um equipamento adequado numa delegacia ou num quartel da Polícia Militar, uma viatura, uma condição de trabalho para o servidor público, para o cidadão, o asfalto na sua porta, essas reivindicações são legítimas.

Não é o Deputado que faz, pois ele não é Poder Executivo, mas representa as pessoas, porque não é possível que cada cidadão fale, por si, ao Governador, assim como cada cidadão não fala ao Prefeito nem ao Presidente da República. O seu interlocutor, o seu representante é o homem ou a mulher com assento nesta Casa. E é isso o que procuramos fazer a cada dia.

Por isso, meu prezado companheiro de trabalho Doutor Rinaldo, ontem foi um dia tão gratificante. Surpreendi-me ao constatar que, nos 20 minutos que me foram dados, foi impossível listar, ainda que de forma absolutamente sintética, o número de obras, serviços e atividades que conseguimos produzir em benefício do povo de Divinópolis. Como o Rinaldo testemunhou, cheguei a transpirar de tão rápido que falava. Eram inúmeras coisas. Para dar um exemplo, no período em que estamos nesta Assembleia de Minas, conseguimos a reforma, a ampliação e a melhoria em 31 das 33 escolas estaduais que a cidade possui. As duas que não foram beneficiadas funcionam em prédios alugados, e obviamente o Estado não poderia fazer investimentos nelas. Em relação a esses dois prédios alugados, estamos trabalhando pela construção de novos prédios. Todas as outras escolas receberam benfeitorias. Alguém poderia dizer que isso é rotina, mas não é verdade: havia ali escolas que não viam uma reforma há 30 anos, escolas em que os alunos já estavam tendo aulas ao ar livre, escolas cuja situação era de absoluto risco para a saúde do aluno. Lembro-me com clareza de uma delas, Deputado Doutor Rinaldo, a do Belo Vale, que foi interditada pela Vigilância Sanitária do Município, que foi ao local e fechou a escola por falta de condição de funcionamento, pois havia risco de desabamento.

Na verdade, então, é importantíssima a ação do representante, aliada a um governo que faz. Aliás, nesse aspecto, temos de reconhecer que o governo Aécio Neves aplicou o maior volume de investimentos já visto nos últimos anos, para melhorar toda a estrutura da rede educacional de nosso Estado. Também, se falarmos em saúde, Deputado Doutor Rinaldo, veremos que a situação é a mesma. No primeiro ano de governo, o Orçamento da saúde em Minas Gerais era de R\$500.000.000,00; neste ano, o Orçamento chegou à casa de R\$2.000.000.000,00. Obviamente a inflação não foi de 400%, o que houve foi um crescimento de investimento. É certo que ainda precisamos de mais, mas é importante fazer uma reflexão sobre nosso avanço, até para que tenhamos ânimo e convicção de que, unindo-nos e trabalhando na direção certa, poderemos resolver os outros problemas. É este o espírito que nos tem motivado para a vida pública: o espírito de trabalhar com seriedade, aliando-nos aos demais companheiros, indiferentemente do partido político, e buscando fazer parcerias. Ontem mesmo, antes de ter o prazer de estar em Divinópolis, fui ao Secretário de Obras de Minas Gerais, Dr. Fuad, acompanhando o Prefeito de Formiga, do PT, que me solicitou que marcasse uma audiência com o Secretário de Obras no intuito de conseguirmos algumas coisas para a cidade. Lá fui eu, ao lado de um Prefeito do PT, e saímos de lá felizes, certos de que conseguiremos o que pedimos. Formiga sonha em ter o seu aeroporto pavimentado, iluminado e em condição adequada para servir a toda aquela grande região - lembrando que ele não vai servir apenas a Formiga, mas também a Arcos, a Pains, a Córrego Fundo e a outras cidades, atendendo ao turismo do entorno do Lago de Furnas. O Prefeito Alúísio estava preocupado, porque já fez até o projeto, por iniciativa própria, já estão anunciando obras, e não havia perspectiva de que essa obra pudesse ser realizada, a não ser alguns boatos. Em nossa conversa, o Secretário nos informou que realmente não havia ainda recursos definidos para a obra. O Prefeito argumentou que teve notícia da liberação de recursos do Proar, do governo federal. O Secretário verificou e nos informou, com 100% de certeza, que não havia vindo nenhum centavo.

Mas fizemos a ele um apelo: "Secretário, em Divinópolis a obra está sendo executada, são R\$12.000.000,00, e sei que a situação era a mesma". Ele disse: "De fato, também não veio nenhum centavo do governo federal para esses aeroportos". Eu já havia levado o caso de Divinópolis ao Governador Aécio Neves. Tínhamos uma linha comercial ligando Divinópolis a São Paulo, e isso é importante para o desenvolvimento da região e a geração de empregos, mas essa linha comercial acabou sendo desativada, em boa parte por falta de condições adequadas do aeroporto. Então sensibilizamos o nosso Governador e o Secretário, e as obras já estão em andamento, e não há nenhum recurso do governo federal, é bom frisar. Ontem houve um equívoco na reunião da qual o Doutor Rinaldo participou, onde alguém insistia que as obras do aeroporto de Divinópolis estavam sendo feitas com recursos federais. Temos de saber dar o mérito a tudo que é devido ao governo federal, que tem feito grandes parcerias, e nunca tenho constrangimento de dizer isso, pois é natural, o governo federal tem a maior parte da arrecadação de todo o país. Ele fica com quase 70% dos impostos de Minas. Alguém pode pensar que estou dizendo que o governo federal fica com mais porque reúne impostos de todos os Estados, mas, em Minas Gerais, quase 70% de tudo que pagamos de impostos vai para o governo federal. Ora, o que ele vai fazer com esse dinheiro? Pode até emprestar um pouco para o FMI se estiver sobrando, mas antes tem de devolver para o povo mineiro, para cada cidadão brasileiro. É natural que venha um pouco mais. No entanto, especificamente para essa obra do aeroporto de Divinópolis, não veio nenhum centavo. Foi mais uma conquista nossa, com a participação do Deputado Rinaldo Valério, quando tivemos o apoio do Governador Aécio Neves.

Por isso, ao encaminhar o Prefeito de Formiga, fiz essa analogia para dizer o seguinte: quando trabalhamos para o nosso povo, precisamos estar unidos, não importa se somos do PT ou do PSDB. Além de pedir verba para as obras do aeroporto, pedimos um complemento para a recuperação dos estragos que as enchentes fizeram em Formiga. O governo do Estado já mandou R\$500.000,00, mas pedimos mais R\$500.000,00 pelo menos, porque os estragos foram muito grandes. Já conseguimos R\$2.500.000,00 para Divinópolis, cidade maior e onde os prejuízos foram maiores. As duas são cortadas por rios que transbordaram, e tenho certeza de que teremos o apoio do governo do Estado para atender, de uma forma mais intensa, a nossa querida cidade de Formiga.

O tempo não me permite, mas poderia fazer referência a uma centena de cidades pelas quais trabalhamos. Não para me gabar, pois essa é nossa obrigação, mas para dizer que os resultados chegam quando trabalhamos com seriedade e conseguimos o apoio do nosso Governador para que isso se viabilize. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, bravo companheiro, lutador e defensor do consumidor em Minas Gerais, que nos ajuda, nessa coligação com o PMDB, a defender os interesses do nosso povo. Mais uma vez, cumprimento o pessoal da Polícia Civil e reafirmo que estaremos a postos, sempre trabalhando pela solução mais rápida possível do problema dos baixos salários.

Amanhã teremos a felicidade de viajar para Novo Oriente de Minas com o Governador em exercício, Dr. Anastasia, o Secretário de Estado da Sedese e o Diretor do DER, a fim de inaugurar um dos maiores trechos de rodovia do nosso Estado beneficiado pelo Proprocesso. São 88km de

rodovia asfaltada que serão inaugurados nesta quinta-feira, às 11h30min, em Novo Oriente de Minas, ligando a BR-116 - a Rio-Bahia - a Pavão. Tivemos a felicidade, como Deputado, Prefeito e Presidente da Associação de Municípios da região, de participar da inauguração do primeiro trecho, ligando Águas Formosas a Pavão.

Agora vamos inaugurar Teófilo Otôni a Pavão, interligando todo o médio Mucuri, cuja cidade-pólo é Águas Formosas. Neste instante, no meu gabinete estão os Prefeitos de Malacacheta e Itaipé, a quem mando um abraço. Daqui a pouco conversaremos mais sobre os interesses das cidades.

Gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar a importância da visita do Governador em exercício, Antônio Augusto Anastasia, que descerá no Aeroporto JK, em Teófilo Otôni, às 10 horas, 10h15min, e seguiremos, em caravana, numa "van", até Novo Oriente de Minas. Essa inauguração se reveste de uma importância um pouquinho maior que as demais porque se trata de uma rodovia grande, extensa - 88km -, numa região muito pobre. Algumas ligações são importantes, mas essa, para a nossa região, Deputado Almir Paraca, é realmente muito importante.

No ato dessa inauguração haveremos de também comemorar um outro episódio: o Projeto Travessia, um dos mais importantes do governo do Estado, de ajuda aos pequenos Municípios, com recursos nas áreas de saúde, educação, formação profissional, melhoras de condições do povo, e até R\$800.000,00, em cada Município, de investimento em infraestrutura. São R\$5.000.000,00 para cada Município incluído no Projeto Travessia no período de um ano.

A primeira etapa foi feita em 2007, com os Municípios de Governador Valadares e Ribeirão das Neves; conseguimos incluir Setubinha, Franciscópolis e Jampruca, três Municípios da nossa região. Na segunda etapa, mais 35 Municípios, e conseguimos incluir 27 cidades da nossa região. A terceira etapa, nos últimos 30 dias, cobriu seis Municípios, e incluímos cinco da nossa região. No total das cidades que estão recebendo o Projeto Travessia, 41 beneficiadas no Estado, as nossas regiões do Vale do Mucuri e do Jequitinhonha estão recebendo investimentos em 32 Municípios, o que é realmente um diferencial que nos ajudará a reduzir a desigualdade existente entre essas regiões deprimidas e as demais regiões de Minas Gerais. A nossa alegria de estar aqui comunicando isso ao povo da nossa região é em consequência desse largo benefício.

Caro Deputado Almir Paraca, nessa segunda etapa beneficiaremos as cidades de Angelândia, Aricanduva, Berilo, Carai, Chapada do Norte, Franciscópolis, Itinga, Jenipapo de Minas, Joaíma, José Gonçalves de Minas, Novo Cruzeiro, Palmópolis, São Gonçalo do Rio Preto e Virgem da Lapa, no Vale do Jequitinhonha. No Vale do Mucuri, os seguintes Municípios: Bertópolis, Catuji, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Ladainha, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés e Umburatiba. No último mês, conseguimos adicionar seis Municípios ao Programa Travessia e, desses seis, Botumirim, que não está na nossa região, Cristália, Itacambira e Padre Carvalho, no Norte de Minas. Além desses, Nova Belém e São João de Manteninha, no Vale do Rio Doce. Na última etapa, Botumirim, e, dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, Carai, Itinga, Joaíma, Pavão e Poté.

É uma alegria muito grande podermos comunicar esses benefícios, além de outros que já recebemos. No Programa Cisternas, nada mais, nada menos que 31 Municípios do Vale do Jequitinhonha foram beneficiados pelo Estado, através do Idene e da Sedvan. É uma alegria poder estar lá para receber esses benefícios, com todos os Prefeitos e Deputados majoritários da região. E estar juntos, trabalhando, para comemorar essas conquistas, que são muito importantes para os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Quero lamentar apenas, Sr. Presidente, que Teófilo Otôni, a minha sede, a minha base, não pode ser aquinhoadada com esses benefícios, pois temos lá muitas dificuldades administrativas que impossibilitam a cidade de recebê-los. Nestes quatro anos e quase quatro meses, a cidade nunca esteve adimplente. Numa semana, estava adimplente; na outra, inadimplente. Não há um controle das finanças públicas. A cidade não consegue ser incluída nos projetos. O mais terrível, Sr. Presidente, é que recursos do PAC foram alocados pelo Presidente Lula em grande volume: inicialmente, R\$30.000.000,00. Depois, em razão da incapacidade da Prefeitura para endividar-se e pagar, reduziram para R\$15.000.000,00. Daí, reduziram para R\$8.000.000,00, e até agora praticamente nada se fez. Não foram realizados sequer 10% das obras do PAC no Município de Teófilo Otôni, que é cidade-polo. Isso é lamentável e preocupa-nos bastante, pois lutamos por uma região.

Aproveitamos o final desta nossa fala para solicitar encarecidamente à Prefeitura de Teófilo Otôni que, neste novo mandato, que foi conquistado com base na propaganda em cima da Zona de Processamento de Exportações - ZPE -, permita-nos ajudar, ou seja, que nos ajude a ajudar Teófilo Otôni, pague suas dívidas e seus compromissos em dia e tenha seus cadastros abertos, para ali colocarmos os recursos. Não há como pô-los numa cidade que, há quase dois anos e meio, recebeu um dinheiro para asfaltar a Turma 37, mas até hoje a obra não se iniciou. Não há como ajudar uma cidade que recebeu uma emenda de R\$1.000.000,00 e outra de R\$400.000,00 para a reforma de um mercado, a qual se prolonga há quase um ano e não sai do lugar. O governo federal deu-nos um restaurante popular, que está na dependência da reforma do mercado e deverá ser feito no 2º andar - a reforma, embaixo, e o restaurante popular, em cima. O dinheiro foi colocado à disposição, mas não pudemos aplicá-lo.

É lamentável falar aqui sobre esses benefícios que estamos tendo. Vamos passar em Teófilo Otôni amanhã. Pegaremos uma "van" e iremos direto para Novo Oriente, pois não temos nada para comemorar na nossa Teófilo Otôni. Lamentavelmente, estamos com 32 cidades dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha beneficiadas pelo Projeto Travessia, e não podemos comemorar isso em Teófilo Otôni. Comemoraremos pelo menos a estrada que liga Pavão à BR-116, no Município de Teófilo Otôni, e atende nada menos do que sete Municípios. Essa é uma estrada importantíssima. Por isso, Sr. Presidente, estamos felizes.

Aproveitando que o Deputado Almir Paraca assumiu a Presidência da reunião, voltaremos à velha tecla de que trabalharemos para que o Luz para Todos seja efetivado também naquela região. Só para se ter uma ideia, o Município de Novo Oriente de Minas, onde estaremos amanhã para inaugurar o Processo, não recebeu uma ligação sequer do Luz para Todos nesta fase do chamado "turn key". Envidaremos esforços para que todos os Municípios do Mucuri e do Jequitinhonha, assim como os da região de V. Exa., sejam aquinhoados com esse benefício, que, a propósito, é amplo, com uma participação de 25% do governo federal, em dinheiro. É preciso aproveitar o Luz para Todos a fim de termos a possibilidade de não apenas iluminar, mas também garantir a colocação de equipamentos para melhorar a produção rural.

V. Exa. tem feito uma defesa magnífica do Luz para Todos. Tenho obrigação de participar dessa sua luta. Como fui coordenador do programa durante algum tempo, tenho até o dever de prestar-lhe informações no momento em que as obtiver, para que juntos sensibilizemos o grupo gestor de Furnas que controla Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, a fim de formatarmos um convênio ainda este ano. Já falamos isso uma vez. Estamos aqui para hipotecar solidariedade absoluta a V. Exa. nessa luta pelo Luz para Todos e servir de ponte com a Cemig, no intuito de que o governo do Estado também cumpra com a sua obrigação de formatar esse terceiro convênio, a fim de que cheguemos ao final de 2010 com aquela sensação gostosa do dever cumprido para com os nossos conterrâneos, especialmente os ruralistas que precisam receber esse empuxo. Na verdade, se hoje o Brasil tem uma condição excepcional de enfrentamento da crise internacional, isso se deve ao agronegócio e à produção agropecuária deste país. Não podemos nos esquecer de que, neste momento, a agricultura familiar recebe um empuxo diferenciado e precisa honrar esses recursos. Os recursos federais que chegam para a agricultura familiar certamente serão mais bem aproveitados se estivermos equipados com energia elétrica em todas as propriedades rurais do Estado. V. Exa tem razão nessa luta, na qual me engajo.

Agradeço a oportunidade de poder tocar nesse assunto e, sobretudo, de poder compartilhar com V. Exa. a possível vitória que, com certeza, teremos antes do final deste ano. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, o público presente nas galerias, o pessoal dos cargos administrativos da Polícia Civil e todos os que nos assistem pela TV Assembleia neste instante.

Inicialmente, Sr. Presidente, aproveito a presença no Plenário do Deputado Getúlio Neiva para reforçar o chamamento para a audiência pública a realizar-se na próxima semana, na Comissão de Assuntos Municipais, com a finalidade de discutirmos com todos os entes envolvidos no Programa Luz para Todos em Minas Gerais, inclusive com a representação de Furnas. Que possamos, de fato, compreender exatamente o que vem acontecendo e, na linha do que o Deputado Getúlio Neiva acaba de colocar, possamos rumar para a construção de uma solução que - entendemos assim - passa por um novo contrato. Isso para dar cabo de um grande volume - este é o nosso entendimento a partir das informações que temos -, próximo ou acima de 50 mil ligações, que estão a descoberto no atual contrato, que alcança 55 mil ligações.

Sabemos e reconhecemos o muito que já se fez no Luz para Todos em Minas. Acima de 200 mil ligações, do início do programa até aqui. Isso é muito importante, é uma quantidade de ligações considerável. Quem, há alguns anos, vem acompanhando esse problema, essa dificuldade do acesso à energia elétrica no interior do Estado, sabe o quanto é significativo falar-se em 200 mil ligações no Luz para Todos até aqui. Mas não é possível admitir que o programa, que já foi prorrogado de 2008 para 2010, corra o risco de se encerrar no final do ano que vem, no final do governo Lula, sem alcançar o seu pleno objetivo, contido no seu nome, que é o de ofertar energia elétrica a todos - não só a alguns, mas a todos aqueles que residem, que trabalham no meio rural.

Hoje mesmo, conversando com um Secretário da Prefeitura de Buritizeiro, tivemos a informação de que lá ainda há uma demanda, toda conferida e cadastrada, de 1.200 ligações a serem feitas no Luz para Todos. Está prevista pelo planejamento da Cemig a realização, até o final do ano, de 50 ligações - e nada no ano que vem. Portanto, a cidade de Buritizeiro, assim como as de Paracatu, Arinos, Formoso, Brasilândia, Bonfinópolis, Natalândia, Dom Bosco e muitas outras da nossa região, está com demanda muito grande e sem previsão nenhuma de atendimento. É a mesma realidade no Norte de Minas, no Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, como acaba de colocar o Deputado Getúlio Neiva. São muitos e muitos Municípios, principalmente nessa região mais empobrecida do Estado.

É isso que queremos esclarecer nesta Casa, em audiência pública, na próxima semana, no dia 13. Deixo o convite, extensivo a todas as lideranças, Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores, lideranças comunitárias e classistas dos proprietários ou trabalhadores rurais para que venham a essa audiência, a fim de darmos o tom e o peso da realidade do nosso interior, que ainda acredita que o programa Luz para Todos seja concluído com chave de ouro. Conseguiremos efetivamente realizar todas as ligações de energia elétrica para aqueles que moram no meio rural e estão ávidos por esse atendimento.

Sr. Presidente, queremos retomar uma discussão que ocupa as galerias com a presença dos servidores da Polícia Civil do quadro administrativo, pois entendemos que o que está acontecendo em Minas Gerais é muito grave e precisa ser resolvido. Não é possível que convivamos com um grande número de servidores, de várias pastas, se não de todas as Secretarias de Estado, com vencimentos como estes. São muitos, estou com a relação deles em mãos. Temos recebido - eu, o Deputado Weliton Prado, vários de nós, se não todos os Deputados da Bancada do PT e do PCdoB -, periodicamente visitas de diversas organizações classistas do servidor público, sindicais, trazendo os contracheques para demonstrar a situação em que está o servidor público deste Estado. O vencimento básico deste aqui, por exemplo, é de R\$340,67. Não é possível admitir que um Estado como Minas Gerais, um Estado significativo da nossa Federação, certamente a síntese do Brasil, esteja submetendo o seu funcionalismo a esse nível de remuneração. Só dá para admitir que isso esteja acontecendo em virtude de ter imperado não só em Minas e no Brasil mas, infelizmente, praticamente em todo o mundo, nas últimas décadas, uma visão de Estado mínimo. Uma visão de reduzir o Estado ao "minimum minorum", aquilo que efetivamente garante o básico, o fundamental, e deixe a sociedade ao sabor do mercado. Essa é a visão que trouxe esta realidade, de termos servidores com essa remuneração. E não são poucos, repito, são muitos. Aqui há um paradoxo, pois estamos diante dos servidores administrativos da Polícia Civil, que trazem a sua justa reivindicação, e a área de segurança pública. Nas discussões que se estabeleceram sobre o papel do Estado, sobre quais as áreas em que ele deve estar presente, deve atuar e deve garantir os serviços básicos prestados à população, é uma das áreas que nunca entrou nessas discussões. Se há uma área em que há consenso não só no Brasil mas em todo o mundo, é essa. Mesmo durante o império do neoliberalismo, que fez tanto mal no mundo inteiro, sacrificando a qualidade dos serviços públicos, sacrificando a proteção mínima do cidadão, a garantia básica da cidadania, a área de segurança pública nunca foi questionada e nunca se perguntou se o Estado deveria ou não assumi-la, porque segurança pública é efetivamente tarefa, atribuição e competência do Estado.

Portanto, estamos solidários com vocês e cumprimos o Francisco José Guimarães Filho, Presidente da Comissão dos Servidores de Carreiras Administrativas da Polícia Civil, na pessoa de quem abraçamos todos vocês. Registramos que, infelizmente, esse quadro não é exclusivo da Polícia Civil.

Há várias semanas, apresentamos requerimentos e solicitamos apoio para agendar as audiências públicas, atualizar essa discussão e colocar na agenda da Assembleia Legislativa o encaminhamento de soluções. É interessante percebermos que, quando se trata de situações como essa, ninguém vem à tribuna, fala publicamente, procura a imprensa ou fala diretamente com os servidores. Nenhum colega desta Casa nega apoio ou diz o contrário - que a reivindicação não seja justa, que não seja necessário promover uma correção urgente. Mas é preciso dizer com clareza que, se esta Casa não colocar o assunto na pauta, não assumir de fato essa situação, não conversar com o Governador e o Vice-Governador, criando condições sensíveis para se fazer um ajuste, infelizmente não avançaremos.

Tenho me reunido principalmente com profissionais da educação e acredito que, enquanto a sociedade mineira não se convencer de que é preciso remunerar bem seus servidores, para que prestem bons serviços, garantindo não apenas a rede de proteção social, mas os serviços básicos de qualidade, não teremos o convencimento e a pressão necessários, porque, num regime democrático, é preciso pressão, organização e mobilização social para garantir as conquistas.

Sr. Presidente, três requerimentos estão tramitando nesta Casa, solicitando audiência pública com o objetivo de conhecer e debater a atual situação salarial e funcional dos servidores técnicos e analistas administrativos do Estado de Minas Gerais, lotados na Secretaria de Estado de Educação, na Polícia Militar, na Polícia Civil, no Corpo de Bombeiros, na Defensoria Pública e em outros órgãos. A justificativa já foi apresentada aqui. Há um pedido de audiência pública específico para discutir a situação dos técnicos e analistas da Secretaria de Estado de Educação e outro para discutir a situação do pessoal da Cemig quanto à composição do quadro funcional, à segurança do trabalho, à prevenção de acidentes, à centralização das atividades administrativas, ao atendimento aos usuários e à realização de concurso público. Os profissionais da Cemig também estão realizando encontros em várias cidades do interior exatamente para consolidar esse quadro e contribuir para esse momento de discussão da Assembleia.

Sabemos que o governo estadual tem avançado em muitas situações e aprimorado a sua gestão, o que está sendo reconhecido pelo povo de Minas Gerais. Hoje poderíamos afirmar que o Brasil tem feito investimentos substanciais em infraestrutura, tem tentado diminuir as desigualdades regionais, apesar de ainda não haver resultados muito efetivos. Mas não é possível conviver com esse quadro de remuneração tão baixo de amplo segmento de servidores do Estado, especialmente porque várias e várias categorias já foram abrangidas, seus salários já foram reajustados. É uma grande injustiça o que ainda está ocorrendo em relação a muitos servidores que enfrentam situação precária no trabalho.

Acreditamos que é possível corrigir isso. Estamos otimistas em relação à recuperação da economia nacional e da economia mineira. Esperamos que os indicadores avancem no sentido de melhorar cada vez mais, a fim de recuperarmos, de forma definitiva, a capacidade de investimento do Estado. E, assim, possamos rapidamente promover os ajustes e as correções, conferindo dignidade salarial, mas, acima de tudo, uma remuneração justa e condições adequadas para que os funcionários públicos de Minas Gerais possam responder, oferecendo serviços públicos à

altura para todos os cidadãos do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/5/2009

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Assembleia, imprensa aqui presente, amigos que nos acompanham nas galerias e amigos que nos assistem pela TV Assembleia, que hoje tem sinal já difundido em centenas de Municípios de Minas, no meu pronunciamento desta tarde gostaria de falar sobre um acontecimento importante que ocorreu dos dias 22 de abril a 1º de maio, a 47ª Assembleia dos Bispos do Brasil, na CNBB.

Sr. Presidente, acompanhamos bem de perto essa assembleia, assim como todo o trabalho da CNBB, sabedor de que se trata de uma das instituições de maior credibilidade do nosso país - segundo os institutos de pesquisa, como o IBGE -, e que, com maior responsabilidade, discute e reflete os problemas que afetam a nossa sociedade e, muitas vezes, a afligem.

Nessa 47ª Assembleia dos Bispos, que ocorreu em Itaici, no Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo, além do tema específico, que foi a formação presbiteral, ou seja, a formação de diáconos, seminaristas, sacerdotes, daqueles servidores do povo e da Igreja, a CNBB, aproveitando ali quase a unanimidade, a totalidade dos Bispos do nosso Brasil, aprofundou o tema e o lema da Campanha da Fraternidade deste ano, que, na opinião minha e na da maioria das pessoas que hoje trabalham essa perspectiva de fé e política, é um dos temas mais importantes e fundamentais já propostos pela CNBB, que trata do tema "Fraternidade e segurança pública" com o lema "A paz é fruto da justiça".

Então, Sr. Presidente, foram vários dias de discussão, reflexão, estudo e pesquisa. E, é claro, além desse trabalho intensivo para aprimorar a formação presbiteral, vários pontos de reflexão sobre a Campanha da Fraternidade foram debatidos pelos Bispos: a corrupção, a avaliação do sistema prisional, a recuperação daqueles que estão privados de liberdade, entre tantos outros.

Tenho em minhas mãos o texto-base desta Campanha, que orienta toda a discussão acerca do assunto proposto pela CNBB. Aliás, assim que foi lançada a Campanha da Fraternidade, a direção da CNBB, com muita ênfase, propôs a todos - não somente ao clero, mas aos leigos e a toda sociedade - debater e aprofundar esse texto-base, que aborda a violência e os conflitos atuais. E, tendo em vista essa perspectiva, gostaria de ressaltar alguns pontos.

No tópico da avaliação do sistema prisional, fica muito claro para nós, enquanto participantes e protagonistas da mudança da construção da sociedade, que nós - cidadãos, entidades, segmentos da sociedade - precisamos sentir-nos responsáveis pela recuperação, e pela reinserção desses que, por algum motivo, foram privados de liberdade.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Deputado Eros Biondini, sempre comprometido com a vida, inicialmente gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pela atuação aqui no Legislativo. Toda vez que se fala na CNBB, não deixo de me pronunciar: vem logo à minha cabeça a imagem do D. Luciano Mendes de Almeida, que foi Presidente da instituição.

D. Luciano foi o responsável por iniciar em Minas Gerais a campanha por uma revisão humanitária do valor da conta de luz. Fez uma grande cruzada e recebia as pessoas com suas contas. Depois que D. Luciano faleceu, demos prosseguimento a essa campanha, aliás com êxito: a primeira redução da tarifa de energia em toda a história da Cemig, em 56 anos.

Então, homenagem a CNBB e, de forma muito especial, D. Luciano. Sei que, onde estiver, estará olhando por nós.

Mais uma vez, parabênzo e desejo sucesso a V. Exa., pela atuação em seu mandato. Há notícias dela em todo o Estado. As pessoas, sobretudo a juventude, reconhecem seu trabalho.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Desejo o mesmo a V. Exa.: que tenha uma longa jornada pela frente.

Lembrando de D. Luciano, cito também aqui as Apacs, instituições tão apoiadas por ele e foco das discussões da CNBB neste ano. As Apacs, as comunidades terapêuticas e todos os outros modelos alternativos de recuperação e de pena daqueles que se encontram privados de liberdade são hoje focos de discussão da CNBB.

Um documento será enviado, após essa assembleia, ao Congresso Nacional pedindo, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queridos cidadãos que nos ouvem, aos parlamentares que não aprovem o projeto de redução da idade penal, até mesmo por esse aprofundamento no estudo da precariedade do nosso sistema prisional de maneira geral.

Trata-se de um documento que a CNBB enviará aos parlamentares ou ao Congresso Nacional, pedindo a não aprovação desse projeto de redução penal. O que queremos é livrar esses jovens adolescentes que, por terem cometidos crimes, precisam, de alguma forma, pagar por eles, impedindo-os de se tornarem marginais muito mais perigosos.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa. pela abordagem do tema, que é preocupante. Nesta semana eu conversava sobre isso. Existe hoje uma massa carcerária que é composta, na sua maioria, de jovens. Uma força de trabalho maravilhosa, que hoje está encarcerada. Se não me falha a memória, temos hoje uma população carcerária no Brasil em torno de 400 mil presos e um déficit de presídios para abrigá-los. Hoje, precisaríamos construir, no mínimo, 100 presídios para que esses presos pudessem cumprir suas penas com dignidade.

Creio que esse discurso de V. Exa. é a campanha da CNBB, que também quero parabenizar aqui, dizendo que é importante, baseados no tema, termos ações efetivas; aliás, esta Casa já deu o primeiro passo para isso. V. Exa. sabe, como membro deste Parlamento, que foi lançada mais recentemente uma Comissão Especial para acompanhar a situação carcerária no Estado, a qual tem como Presidente o Deputado João Leite e como Vice-Presidente este Deputado que usa a tribuna, com o aparte, e, como relator, o Deputado Durval Ângelo. Portanto, esse trabalho já está acontecendo até mesmo com visitas às cadeias do interior de Minas, na preocupação de verificarmos mais de perto a situação de presos que continuam cumprindo pena, apesar de já ter vencido o prazo de cumprimento dessa pena. Também temos denúncias de menores que cumprem pena junto com adultos. São situações as mais diversas.

Fica aqui a minha palavra de apoio ao que V. Exa. nos traz. Se me permite, gostaria de mandar os parabéns a D. Serafim, junto com o meu pedido de desculpas por não ter podido participar do evento nesta manhã. Ontem estive com o Gamaliel e até combinamos que estaria lá, mas não foi possível. Os meus parabéns a ele. Se me permitir, faço da pessoa de V. Exa. o portador pessoal dessa minha homenagem a ele e da

minha justificação pela ausência, em razão de um outro compromisso. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. É isso mesmo. Hoje estive com D. Serafim na parte da manhã, nos 50 anos, nesse jubileu, quando do lançamento do livro "Na palma da mão de Deus". Um homem que realmente doou sua vida inteira às causas do Evangelho, conduzindo, como pastor, tantas ovelhas, leigos, sacerdotes, seminaristas e diáconos. É justamente isso que a CNBB discutia na 47ª Assembleia dos Bispos, em Itaiaci.

A formação presbiteral tem de estar cada vez mais atualizada conforme a realidade que vivemos hoje numa sociedade que evolui tão rapidamente.

Deputado Domingos Sávio, em se tratando dessa recuperação de pessoas que estão privadas, por algum motivo, de liberdade, temos que colocar o foco nessas iniciativas que têm dado resultado. Graças a Deus, fui autor, em 2007, do Projeto de Lei nº 1.957, que trata da assistência a gestantes, lactantes e mães com crianças de até 1 ano privadas de liberdade. Esse projeto, ao tramitar na Casa, veio ao encontro da iniciativa do Governador Aécio Neves, acabando por culminar na construção do Centro de Referência às Gestantes Privadas de Liberdade, localizado na MG-10, em Vespasiano.

Estivemos lá na inauguração do centro de referência, para onde foram transferidas 50 detentas que estão em fase de gestação, amamentando ou com filhos de até 1 ano de idade. Lá elas têm uma condição mais humana de cuidar de seus filhos ou de levar à frente sua gestação. No sábado próximo, estaremos lá, junto com a Missão Mundo Novo, da qual sou fundador, e com o Pe. Gilson, do Morro Alto, comemorando com elas o Dia das Mães, fazendo uma celebração e levando camisolas, chupetas, mamadeiras para os nenês, enfim, um enxoval, a fim de contribuir para a realidade dessas detentas.

Percebemos, Deputado Domingos Sávio, que a recuperação é uma responsabilidade de todo cidadão. Enquanto irmãos que somos, precisamos ser responsáveis por isso, porque todos aqueles que, de alguma maneira, estão privados de liberdade, um dia retornarão ao convívio da sociedade, um convívio que será saudável ou ruim. Está em nossas mãos essa responsabilidade também, não só na mão do poder público, mas na de todos os que, de alguma maneira, têm alguma forma de expressão. Tenho a alegria de ver participando hoje, na Associação Mundo Novo, como grande responsável pela obra, um ex-dependente químico, um rapaz que até cometeu crime. Isso é importante porque estamos dando àqueles que já passaram por algum tipo de problema, vício ou criminalidade, oportunidade de voltar para o seio da sociedade e ter realmente a confiança, a oportunidade de recuperar a dignidade, de conseguir um emprego, de ser aceito pela família, pela sociedade.

Para terminar, Sr. Presidente, e concluindo esse meu pronunciamento, a CNBB também tem falado muito para nós sobre a conduta dos seus representantes, sobre a conduta dos parlamentares de todo o Brasil. E esclarece que todo esse questionamento de conduta, de moral, da justiça, do poder público, do sistema prisional, não é para fazer com que a população fique desesperançosa ou desacreditada da política, ao contrário, é para fomentar o desejo de participar como protagonista de um mundo novo. Então, quando a CNBB nos propõe temas - como no ano que vem também nos proporá - tão polêmicos, é para que nós, enquanto cidadãos, nos aproximemos mais. Existe até uma frase muito sábia, tirada do Evangelho, que diz: "O alimento da audácia dos maus é a covardia dos bons". Portanto, o que os Bispos querem é a maior aproximação da sociedade, da comunidade para que sejamos coautores de todas as normas e leis que venham a beneficiar realmente a todo o nosso povo.

Agradeço a oportunidade de estar aqui, de poder realmente lutar como representante do povo de Minas Gerais, para que tenhamos, cada vez mais, um povo feliz, esperançoso, um povo que, apesar de saber que existem situações críticas, que existem problemas que acometem todas as nossas famílias, sabe que existe também uma luz de esperança para todos nós. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham aqui, na Casa do povo mineiro, ou que nos assistem pela TV Assembleia. Quero inicialmente cumprimentar o Deputado Eros Biondini, meu amigo, meu colega de profissão, veterinário como eu. Também comungamos nos mesmos fundamentos cristãos, nos mesmos princípios e na mesma linha espiritual e procuramos exercê-la cotidianamente em nossa missão de servir a Minas Gerais. O Deputado Eros Biondini é para nós um exemplo. Fico feliz em ouvi-lo e, mais ainda, em ver que, no dia a dia, estamos em absoluta harmonia, trabalhando sempre, com muita frequência, em causas muitos semelhantes.

Nesta semana, já na segunda-feira cedo - eram pouco mais das 7 horas da manhã - reunindo-me em Divinópolis com os membros da Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública - Acasp -, debatemos temas como esse, falando da importância de que tenhamos investimentos na estrutura do sistema penitenciário, para que os que para ele vão tenham de fato oportunidade de se recuperarem. Precisamos, sim, retirar da convivência social aqueles que têm de pagar uma dívida à sociedade e puni-los - lembrando que, infelizmente, a nossa forma de organização social tem feito com que a cada dia mais pessoas transgridam as leis e devam ser retiradas do convívio social -, mas isso não significa que elas deixam de ser seres humanos. O mais grave é que, quando essas pessoas não são tratadas com dignidade, a situação piora e se volta contra os homens e as mulheres de bem.

Como eu dizia, discutimos esses assuntos nessa reunião com os membros da Acasp, por sinal uma entidade criada quando eu era Prefeito de Divinópolis, a qual vem, ao longo desse tempo, prestando um maravilhoso serviço, com a parceria entre a sociedade e todos os membros do poder público - as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros, a própria Prefeitura e outras entidades. Tratamos na reunião da importância de, com muito carinho, melhorarmos as condições da Colônia Penal Floramar, que se localiza em Divinópolis, ampliando-a, para que se evitem as condições desumanas e a superlotação, e retirando os presos de outras comarcas. Isso está sendo feito, e vamos continuar de maneira firme para conseguir os investimentos necessários.

Da mesma maneira, no Centro de Recuperação de Menores, eu verificava a necessidade de criar-se uma caixa escolar, pois ali funciona uma escola. O Centro foi criado para isto: para a recuperação do menor que infelizmente se enveredou pela área do crime e que, por determinação judicial, está cumprindo pena - ou seja, que deve ser retirado do convívio com a sociedade. Segundo a lei, o menor não pode ir para uma prisão convencional, mas deve ser retirado do convívio social, porque já oferece risco para as pessoas: está fazendo tráfico de drogas, assalto à mão armada e, muitas vezes, praticando o latrocínio. Isso tem de ser enfrentado; não adianta fecharmos os olhos a essa realidade. E nós a enfrentamos; fomos nós que lutamos pela criação desse estabelecimento e por retirar-se da rua o menor infrator, aquele que coloca em risco a vida do ser humano. Agora, temos obrigação de fazer com que esse Centro funcione bem; que ali haja profissionais das áreas da educação e da saúde, além de estrutura de atendimento. Tenho olhado para isso com muito carinho, porque sei que a solução não é simplesmente prender pessoas.

É importante que tenhamos uma estrutura de segurança que aja com firmeza, até porque lugar de bandido é na cadeia. A isso acrescento ainda que não me refiro só ao bandidinho, ao ladrão de galinha, não; precisamos acabar com a impunidade que beneficia principalmente os grandes. Nesta semana, vimos o Senador Pedro Simon tentando aprovar no Senado um projeto de lei segundo o qual o político de ficha suja não poderia concorrer ao mandato. Meu sonho é que aprovemos essa lei, mas isso depende do Congresso, não de nós, Deputados Estaduais. E fico um pouco desencantado e triste, Deputado José Henrique, quando vejo que, infelizmente, o nosso Congresso parece fazer ouvidos de mercador. O povo clama nas ruas por mudanças na legislação federal, mas essas mudanças não vêm, embora tenhamos no Congresso boas pessoas como o Senador Pedro Simon. Eu mesmo defendi nesta Casa e mandei para o Congresso, para que o assunto fosse discutido também lá, um projeto

para abertura plena do sigilo bancário, fiscal e patrimonial de todos os que assumem mandato público, obviamente por meio do Ministério Público, a fim de que não haja nenhuma dúvida de que quem está entrando na vida pública não busca o enriquecimento ilícito ou a vantagem pessoal. Infelizmente, houve o entendimento de que o assunto é de competência do Congresso Nacional, de que essa mudança deve ser feita no âmbito de Brasília. Mas lá isso não anda, como não andam a reforma tributária e a mudança no Código Florestal.

Mas vamos falar daquilo que é possível fazer e que estamos fazendo aqui. Refiro-me a uma luta que tivemos nos últimos dias com o governo do Estado - e aí estão as coisas que podemos fazer aqui e estamos fazendo, até mudando leis. Alguém pode pensar que o Congresso não modifica a lei porque é difícil fazê-lo. Sim, mas não é impossível, se houver vontade política. Fomos até o Secretário de Transportes e ao Governador Aécio Neves mostrar que um decreto que regulamentava o transporte de trabalhadores rurais era absurdo, inadequado e estava a ponto de inviabilizar a atividade produtiva em várias propriedades. Era ruim para o trabalhador, assim como para o empregador, pois uma exigência que não pode ser cumprida poderia acabar com o emprego. A exigência era que todo trabalhador rural teria que ser transportado exclusivamente em ônibus devidamente inspecionado e credenciado pela Secretaria de Estado. Ora, estamos em um Estado com 853 Municípios, com milhares de propriedades rurais. E, quando se diz "todo trabalhador", pasmem: aquele proprietário que tivesse que ir para sua fazenda diariamente, saindo de uma pequena cidade do interior de Minas, deslocando-se apenas 10km ou 20km, e quisesse levar no seu Fusquinha, na sua caminhonete ou no seu Fiat três ou quatro trabalhadores não poderia fazê-lo e teria que alugar um ônibus para transportá-los, às vezes em uma estrada onde não podem transitar ônibus. Ora, essa decisão precisava ser revista, pois queremos segurança para transportar o trabalhador, para que ele não seja transportado em paus de arara e em caminhões sem a devida segurança, transitando em rodovias de alta velocidade. Isso não queremos em hipótese alguma, mas também não podemos fazer uma lei que não reconheça a realidade do campo. Tomamos a frente dessa luta e tivemos a alegria de, nesta semana, ver publicada uma revisão dessas decisões, em que o empregador que tiver condições de levar o trabalhador em seu próprio veículo ou aquele que quiser fretar uma Kombi ou uma "van" para transportar um número pequeno de trabalhadores poderá fazê-lo. Assim, foi criada uma série de soluções justas e adequadas, que garantem a segurança do trabalhador e a viabilidade para quem emprega. É desse equilíbrio que precisamos.

Aproveito para fazer referência ao resultado prático de algumas leis que tive alegria de apresentar e ver aprovadas nesta Assembleia no ano passado, as quais entraram em vigor no início deste ano. Uma delas diz respeito a todos os produtores rurais, pois trata do ICMS. Votamos e aprovamos um projeto de minha autoria que garante a isenção total de ICMS para o produtor rural na primeira operação. Porém, com uma vantagem importante, porque antes já era diferido, mas o crédito não podia ser transferido. Antes de o produtor rural vender o leite, ele tem gastos com sua extração, pois compra ração, óleo diesel, insumos, consome energia elétrica, e tudo isso vem com ICMS. Então, há um volume de crédito de ICMS. Na hora de vender o produto, o produtor só poderia transferir o crédito se estivesse pagando ICMS sobre a venda do leite. Aprovamos uma lei que o isenta do pagamento de ICMS, mas que lhe permite transferir um crédito presumido para a indústria de laticínio. Isso também vale para a avicultura, e nesse caso com uma regulamentação importante: os produtores de aves e os proprietários de abatedouros têm um tratamento diferenciado, porque o ICMS sobre a carne em Minas Gerais é simbólico, apenas 0,01%, ou seja, praticamente não se cobra ICMS nesse caso. Houve uma dúvida: se o abatedouro tivesse que pagar ao produtor rural alguma quantia, devolver para ele alguma bonificação sobre o crédito que ele vai aproveitar, sua situação se complicaria. E nesta semana eu me reuni com os avicultores e com a Avimig na Secretaria de Fazenda, onde demonstramos com clareza que o projeto que aprovamos beneficia o produtor rural, a indústria de laticínio e o abatedouro.

Como se consegue fazer uma coisa boa para todo o mundo? Apenas por meio da compreensão pelo governo de que esse setor é fundamental para Minas Gerais e de que não podemos sobrecarregá-lo com imposto. Foi isso que fizemos. Conseguimos diminuir imposto no setor agropecuário, em toda a cadeia produtiva. Não ficamos aqui brigando, xingando o Governador. Fomos lá e negociamos. Trouxemos a proposta a esta Casa, os Deputados aprovaram, e virou lei. Agora a lei já beneficia o produtor de leite e o proprietário do laticínio. O Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais - Silemg - enviou-me um comunicado e uma carta de agradecimento pessoal, extensivo - é claro - a todos os colegas Deputados. Da mesma forma procederam a Avimig e outros setores da área de produção de alimentos em Minas Gerais.

Outra lei que aprovamos, com o apoio dos colegas, foi a que definiu uma área de preservação permanente de 30m nas margens dos lagos artificiais. Antes, exigiam-se 100m de afastamento na margem de um lago artificial, como na margem do Lago de Furnas, de Três Marias, de todos os lagos artificiais. Muita gente não conseguia ligar energia elétrica em seu rancho; produtores rurais eram visitados e multados pela lavoura de café; diziam-lhes que tinham de arrancá-la, sendo que não prejudicava, em nada, o meio ambiente. De mais a mais, 30m é mais que suficiente, pois um lago artificial não tem correnteza e, porque a água subiu, normalmente a sua margem está inserida num terreno de cerrado que possui nascente de água. É necessária a água do lago para os animais beberem-na, para se fazer alguma irrigação, e um afastamento de 100m inviabilizaria tudo isso.

Aprovamos, e já é lei. Estive no encontro da AMM e fui recebido com entusiasmo no estande da Associação dos Municípios do Lago de Furnas - Alago. Agradeceram-me e, obviamente, a toda a Assembleia, porque tomamos a iniciativa de propor essa lei e a aprovamos, mostrando que não seria impossível aos Deputados Federais rever o Código Florestal. Inicialmente o Código Florestal era da década de 30, e a sua versão atual é da década de 60. Já vai fazer meio século e está totalmente desatualizado. Um Código Florestal que está tratando o produtor rural como bandido, criminoso, com atitudes absurdas e exigências descabidas. Se forem postos em prática 100% do que está escrito lá, as propriedades do Sul de Minas, das regiões onde a agricultura já está 100% implantada, terão de ser todas inviabilizadas. E inviabilizaria tudo para o pequeno produtor, Deputado Padre João, que acompanha de perto a sua luta. Falam para fazer vista grossa com o pequeno produtor, mas a lei é que tem de ser mudada para se tornar uma lei que preserve o meio ambiente, mas que não seja burra, irracional. Isso tem de ser debatido.

Fecho o meu raciocínio, Sr. Presidente, nestes últimos segundos, dizendo que, também no encontro da Associação Mineira de Municípios - AMM - realizado aqui em Belo Horizonte, durante esta semana, conversamos com cada Prefeito e pudemos testemunhar o absurdo que venho denunciando desde o dia em que cheguei a esta Assembleia. E precisamos denunciar, no Congresso Nacional, não se ter feito uma reforma tributária até hoje. Tudo bem que o governo federal viu que os Municípios iriam quebrar, tornando-se totalmente inviáveis com a redução do FPM. Parece que será um mar de rosas, porque foi garantido o mesmo repasse do ano passado. Não estou tirando o mérito disso, mas não podemos esquecer que a situação chegou a esse absurdo, porque não faz sentido quase 70% de tudo que pagamos de imposto ficar nas mãos do governo federal, e os Municípios ficarem com 12% ou pouco mais. Isso tem de ser revisto.

Precisamos engajar os professores, os servidores públicos municipais e estaduais, porque eles estão sendo prejudicados. Quando se vai discutir um aumento para os professores ou para os funcionários públicos municipais ou estaduais, esbarra-se logo na Lei de Responsabilidade Fiscal. Se houver aumento, passa-se do limite que pode ser gasto com funcionário, porque o volume de dinheiro que fica com o Estado é muito pequeno. O limite em relação ao funcionário público federal não está nem em 50% do que seria o limite. Na verdade o governo federal tem uma folga enorme, porque lá sobra o dinheiro que falta ao Município e ao Estado para pagar bem o professor. Tem de se fazer uma reforma tributária, e isso não é uma questão partidária, mas uma questão que deve nos unir. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Tenente Lúcio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, venho a esta tribuna para saudar as Forças Armadas brasileiras pelo transcurso do dia 8 de maio, o Dia da Vitória, que assinalou o término da Segunda Guerra Mundial. O conflito, iniciado em 1939, a princípio ficou limitado a uma parte da Europa, tendo como principais atores os alemães, os franceses e os ingleses e aos poucos, no início da década de 40, já alcançava todo o continente e o Norte da África.

Com a Força Expedicionária Brasileira - FEB -, o nosso país voltava a um teatro de operações, pela primeira vez, fora do seu continente e cerca

de 75 anos após a Guerra do Paraguai. Por que o Brasil participou desse conflito? Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para revidar a covarde agressão de torpedeamento e afundamento de navios mercantes desarmados e em nossas águas territoriais, que totalizaram 31 navios e quase mil brasileiros mortos.

Em agosto de 1942, o Brasil unido declarou guerra ao nazi-facismo. Inicialmente foram cedidas bases aéreas no Nordeste para a aviação norte-americana, e a proteção do nosso litoral foi intensificada pelas três Forças. A tropa brasileira que chegou à Itália em 1944 foi o resultado de dois penosos anos em que se buscou organizar um contingente que estivesse à altura dos soldados de outros países. Em face das dificuldades encontradas, dizia-se que seria mais fácil a cobra fumar do que a FEB embarcar. Superadas as dificuldades, a FEB embarcou para a Itália e adotou o lema "A cobra fumou". Era constituída de uma divisão de infantaria e órgãos não divisionários, grupo de caça e uma esquadrilha de ligação e observação da Força Aérea.

Ao todo, 25.344 combatentes, comandados pelo General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes. Fomos representados por homens e mulheres de todas as regiões brasileiras, que foram agrupados no Rio de Janeiro - na Vila Militar - para se adestrarem em condições mais próximas da realidade da guerra.

A FEB embarcou no segundo semestre de 1944 e rumou para o Sul da Itália, onde substituiu soldados norte-americanos na frente de combate. Todo esse esforço foi precedido, já em solo italiano, por duros treinamentos, até que a tropa fosse considerada apta. Nesse tempo, forjaram-se heróis anônimos nas escaramuças de patrulhas de reconhecimento, enfrentando um duro inverno e preparando o ambiente que se seguiu à vitória de Monte Castelo, até abril de 1945, conhecida como a Ofensiva da Primavera.

A FEB que representou o Brasil cumpriu com galhardia a missão que lhe foi confiada, a despeito de todas as situações que enfrentou. Percorremos mais de 400km e fizemos mais de 20 mil prisioneiros, uma divisão inteira. Regressamos com feridos ainda sangrando, mas nunca o nome do Brasil foi comprometido.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para finalizar, o dia 8 de maio é um dia de festa para a Nação brasileira. As emocionantes palavras dirigidas pelo então General de Divisão Mascarenhas de Moraes, Comandante da FEB, repercutem até hoje no coração e na mente das diversas gerações dos nossos Soldados, sobretudo porque nossas Forças Armadas nunca foram derrotadas nas lutas das quais participaram. E daqui, desta tribuna, reverencio a todos os que lutaram naquele sangrento conflito.

Faço uma reverência aos mortos para que descansem em paz no monumento erguido a eles no Rio de Janeiro; aos pracinhas vivos, o meu profundo respeito e a gratidão desta Casa, especialmente aos meus conterrâneos mineiros. O esforço de vocês não foi em vão. Cumprimento a todos e vejo como o tempo passa, afinal são 65 anos. Os pracinhas mais jovens tinham na época 20 anos e hoje têm, no mínimo, 85 anos. Aqueles que ainda estão vivos, mais vivos ainda estão em nossa memória.

Agradeço a presença do Cel. Loureiro, representante do Exército brasileiro, e do Cel. Orlando, meus instrutores no Exército brasileiro. Também agradeço ao meu companheiro e amigo Deputado Weliton Prado por trocar de lugar comigo na fala, pois sairei daqui a pouco em viagem. A ele, que gentilmente cedeu parte desse tempo, o meu muito-obrigado. Continuaremos sempre juntos na luta em prol dos menos favorecidos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, nesta semana, de maneira mais pública, retomou-se o debate sobre a reforma política. Quero tratar desse assunto aqui pela importância de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa e particularmente do meu partido, o PT, nesse debate. Não tenho nenhuma dúvida de que a maioria dos que acompanham a caminhada da democracia brasileira reconhece e sabe a importância de se alterar o nosso sistema político eleitoral, que apresenta ainda muitas distorções. O voto no Brasil é extremamente personalizado, o que fragiliza a consolidação dos partidos. Não há democracia sem partidos fortes, com programas bem-delineados, com uma lógica que extrapola fronteiras locais ou regionais, mas infelizmente, na cultura política brasileira decorrente do nosso sistema, o voto é pulverizado, fragmentado, quase um voto de adesão pessoal, quando não de favores. Evidentemente alguns partidos se destacam do ponto de vista de uma nitidez ideológica maior, de uma coerência nacional maior - ressaltando a importância do PT nesse contexto -, porém o nosso sistema é personalizado. Temos também questões vinculadas à desigualdade na concorrência das eleições. Desigualdades de oportunidades, em vista do tipo de financiamento. Financiamento privado faz com que o poder econômico exerça um grande predomínio nas escolhas, até porque, no processo de disputa eleitoral personalizado, os candidatos e as candidatas que defendem ou que têm um relacionamento mais estreito com segmentos econômicos importantes detêm uma capacidade maior de propaganda eleitoral. Além disso, esse tipo de financiamento gera, pela pouca transparência, uma relação quase incestuosa entre o público e o privado. Daí, a sucessão de escândalos e denúncias que comprovam essa afirmação por todos nós conhecida. Quando o Congresso acena com o financiamento público de campanha e tende para um voto proporcional, mas em lista fechada, é evidente que avança.

Mas gostaria também de expor outros pontos. Primeiro, é importante, sim, fazer a reforma, mas uma reforma ampla, que mude de fato o nosso sistema eleitoral. Acho, por exemplo, que - defendendo o fim das coligações proporcionais - a coligação proporcional distorce a vontade do eleitor que vota em um candidato, em um partido e, muitas vezes, elege candidato de outro partido, que às vezes não tem nada que ver com a filosofia ou o programa do partido que recebeu o seu voto. Penso que, muitas vezes, é uma perpetuação de mandatos. Então, por que não discutir a limitação do número de mandatos no mesmo nível de representação legislativa, como dois ou três mandatos? Esse seria um debate importante para oxigenar o Poder Legislativo.

Unificação das eleições. Qualquer unificação deve ter como preliminar apontar para o futuro, pois nenhuma pode beneficiar aqueles que estão no exercício de mandatos. Não pode ser unificação como estratégia de prorrogação de mandato, porque, senão, seria casuístico. Isso é questão para se debater. Esse processo de eleição de dois em dois anos sufoca qualquer ação político-administrativa mais consistente. Quem governa hoje sabe as limitações que as gestões enfrentam em anos eleitorais, como convênios, inaugurações e mesmo o trabalho político. As pessoas saem de uma eleição já pensando na outra. Então, há uma saturação, sem falar no dispêndio econômico.

Quero ainda - e isso é um consenso - dizer que é fundamental resolver a questão da fidelidade partidária. Um dos motivos do enfraquecimento dos partidos no Brasil é a facilidade que os mandatários têm de trocar de partido. Troca-se de partido como se troca de camisa em dias de calor. Pela via legal, é muito importante também ter-se essa definição. É necessário o Congresso enfrentar isso. Está havendo também uma judicialização das regras eleitorais, o que se pode e o que não se pode em uma campanha, verticaliza-se ou não, a questão da fidelidade partidária. Assim, seria fundamental que o Congresso votasse uma reforma política.

Talvez o ponto mais polêmico seja a lista fechada. Quero polemizar abordando a lista fechada pura. Primeiro, entre o modelo atual e a lista fechada com financiamento público, considero que esta seja melhor. Mas considero que há uma posição e uma proposta intermediária, a meu ver muito mais sensata, que é a lista flexível. Alguns países adotam essa lista. O que é a lista flexível? O partido, em suas convenções, ordena a lista com os votos dos convencionais. Quero abrir um parêntese aqui. Aprova-se a lista fechada com cadeira cativa para quem já tem mandato. Isso é quase reproduzir mandatos e impedir a ascensão de novas lideranças. Dessa forma, esse critério também tem um quê de casuístico.

Além disso, a lista fechada tem outros problemas. Por exemplo, um parlamentar que tem controle do partido, que já tem mandato há mais

tempo, portanto tem uma posição consolidada, que promove filiações em massa - infelizmente isso vem ocorrendo - ganha lugar de destaque na lista e se acomoda. Torna-se um político que vai ao parlamento para trabalhar pela máquina partidária, e não pela sociedade. O seu trabalho é priorizar o delegado do partido, o diretório, a comissão provisória, o filiado, e não o movimento social, os pobres, as comunidades, as regiões. Acho que pode haver burocratização no processo de escolha dos candidatos. Tenho receio de que o poder econômico que hoje se estabelece na sociedade durante as eleições passe a atuar, como já atua, no interior do próprio partido. Nesse caso, o caixa dois servirá para comprar o voto do convencional, a consciência do filiado. O transporte do eleitor deixará de ser utilizado nas eleições para ser utilizado nas refiliações, nos recadastramentos partidários, como já ocorre em alguns partidos. A lista fechada pura não resolve o problema. Na lista flexível, o partido ordena, e o convencional vota, mas o eleitor, ao escolher a lista, tem a possibilidade de indicar a sua preferência. Por exemplo, ele vai até a lista 13, que tem o seu ordenamento, mas, além desse voto, pode indicar quem deseja que fique em primeiro lugar - o André, o Padre João, o Weliton ou o candidato que estiver lá. O resultado final decorre de uma média entre o que o partido e a sociedade ordenaram. É uma espécie de sistema de pesos. A sociedade tem 50% de participação, por meio do voto do cidadão, que escolhe com base na lista - é como se reordenasse a lista partidária -, e o partido também tem o seu peso. Esse é um mecanismo importante. O PCdoB defende a lista fechada, mas o Deputado Federal Flávio Dino, nosso camarada, recomenda a lista flexível como um caminho intermediário, até porque existe essa cultura política de vinculação ao parlamentar. Se o Congresso repentinamente aprovar uma lista fechada sem considerar outros aspectos da reforma política, com cadeira cativa para quem tem mandato, a medida será bastante questionada do ponto de vista da legitimidade, como já vem ocorrendo. Fico receoso porque quem quer deixar tudo como está só aponta um monte de problemas na lista fechada. E quem quer a lista fechada para preservar mandato em momento de desgaste não admite outras hipóteses.

Estou aqui modestamente, nesta Casa de Minas Gerais, lançando a defesa de todos nós, dos partidos, da lista flexível com financiamento público de campanha. Quem sabe seria viável uma proposta já levantada pelo Presidente do PT, com uma limitação de contribuição por pessoa física, até com valores modestos de R\$500,00, R\$800,00, R\$900,00, por meio de declaração via internet?

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Deputado André Quintão, o tema mencionado por V. Exa. é de fundamental importância. Nós, do PCdoB, também partimos do princípio de que é fundamental uma reforma política neste país, uma reforma que valorize os partidos políticos, que crie regras para o financiamento das campanhas, porque a origem da corrupção na política hoje está, na sua essência, no financiamento da campanha. O poder econômico financia o poder político e interfere na vida do País. Mas o mais importante nesse processo, Deputado André Quintão, antes de tudo, é que é fundamental procurar construir um consenso. Vários partidos políticos, o PT, o PCdoB, o PMDB, o PPS, ontem tiveram esse entendimento unitário de promover a reforma política. O segundo ponto fundamental é que a reforma política não pode ficar a cargo, exclusivamente, do Congresso Nacional; é preciso envolver a sociedade civil no debate. Ontem também tivemos um avanço, porque estavam lá a OAB, diversas entidades ligadas ao movimento de mulheres e à ética na política, ou seja, a sociedade brasileira está envolvida nesse processo. Como V. Exa. lembrou, o Deputado Flávio Dino, relator do processo em Brasília, tem chamado a atenção para o fato de que a reforma política não passa, necessariamente, só pelo convencimento dos líderes partidários no Congresso. É preciso convencer a população, por isso é importante ter uma fase de transição para que a população brasileira acompanhe o processo de mudança da forma de fazer política neste país.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado. Concluo, Sr. Presidente, dizendo que é fundamental que os mandatos tenham como inspiração e fim o interesse público e a sociedade. A lista fechada, a meu ver, desestimula o trabalho legislativo direcionado para a sociedade e prioriza uma intervenção interna, partidária, concentrada em quem detém o poder de preordenar listas partidárias. Daí essa defesa que faço da lista flexível no contexto de uma reforma política mais ampla. Agora, façamos a reforma. Talvez esse seja o assunto que mais se discute nos meios políticos e cujas regras menos se alteram. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de saudar a todos e a todas. Realmente é com imensa alegria que venho a esta tribuna na tarde de hoje, por ver que realmente temos de acreditar em nossos ideais. Se nós nos mobilizarmos, trabalharmos e acreditarmos em nossos projetos, as coisas darão certo. A campanha pela tarifa justa da Copasa, para que a empresa trate o esgoto e não o jogue nos rios, lagos e ribeirões, vem ganhando todo o Estado de Minas Gerais, com a participação maciça da população, de entidades e de Vereadores. É impressionante o número de Vereadores que procuram o nosso gabinete. Vereadores do PSDB, PT, PMDB, PDT, não importa o partido, estão nos procurando, e estamos entrando com uma enxurrada de ações na Justiça em defesa do povo mineiro. Muitas ações já estão dando resultado.

Gostaria de parabenizar a Justiça de Montes Claros, o Poder Judiciário e o Ministério Público. Em Montes Claros, tivemos a redução do valor da conta em um terço e a devolução dos valores cobrados indevidamente da população em relação ao tratamento de esgoto, serviço que não era oferecido pela Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto do Estado de Minas Gerais - Copasa. Foi, portanto, uma grande vitória da população do Norte de Minas.

Outra grande vitória diz respeito à representação que fizemos questionando os últimos aumentos. Parabenizamos, aliás, o Promotor Antônio Baeta. Além de abusivos, os aumentos praticados pela Copasa em Minas eram totalmente ilegais. Conseguimos uma liminar do Poder Judiciário impedindo o aumento do valor da água da Copasa a partir do mês de março, o qual seria de 10%. Essa liminar está valendo. A empresa tentou derrubá-la, mas conseguimos mantê-la no STJ.

Aqui em Minas Gerais não se cumpre a lei. Desde 2007, qualquer reajuste, qualquer mudança contratual depende de uma agência que regule o setor, mas aqui não há a agência. Apresentei um projeto com esse intuito que está tramitando nesta Casa. O Governador enviou um projeto anexando-o ao meu. Então, todos os contratos que foram celebrados a partir de 2007 podem ser questionados na Justiça.

Os Vereadores de diversas Câmaras Municipais estão nos procurando. Em todo o Estado de Minas Gerais estão entrando com ações na Justiça. Se algum Vereador, entidade ou Prefeito estiver nos ouvindo agora, procure o nosso gabinete. Caso queira entrar na campanha, desenvolveremos na sua cidade uma campanha por uma tarifa justa, por parte da Copasa, pelo tratamento de água e de esgoto. Darei o exemplo da cidade de Extrema, cujos Vereadores nos procuraram. No ano em que nasci, em 1975, foi feito o contrato com o Município pelo prazo de 30 anos. Nele estava incluso o serviço de abastecimento de água e também o tratamento de esgoto. O que aconteceu? A Copasa cumpriu o contrato? Não, pois ela não cumpre os contratos e as leis. Consta na lei, no contrato que a Copasa ficou responsável por assumir vários compromissos para que fosse feita a renovação do convênio. Esses compromissos não estão sendo cumpridos. Essa é a realidade nos outros 611 Municípios que essa empresa atende no Estado de Minas Gerais.

O primeiro compromisso era investir, nos próximos quatro anos, a quantia aproximada de R\$5.300.000,00 em obras de ampliação do sistema de abastecimento de água na sede do Município. O prazo se encerrará em agosto, e não há informações sobre o total de investimentos. Portanto, a Copasa não cumpre o contrato.

Uma outra cláusula diz respeito ao fornecimento de informações ao Município sobre qualquer obra ou atividade desenvolvida, bem como sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços. Ela cumpre essa cláusula do contrato? Não cumpre, pois não fornece nenhum documento e nenhuma informação para o Município.

Uma outra questão refere-se ao fato de que, após quatro anos de renovação do contrato, a população não tem notícia de nenhuma execução de obras para o tratamento de esgoto, apesar de a Copasa ter sido obrigada a investir aproximadamente R\$7.200.000,00 em obras no sistema de esgotamento sanitário para adequação, ampliação e implantação de redes coletoras, ligações prediais, interceptores, ligações e tratamento

dos efluentes sanitários.

O terceiro ponto diz respeito ao fato de que a unidade de tratamento de esgoto ainda não se encontra em operação, mas a população paga caro: até 50% do valor da tarifa de esgoto. Ora, estamos falando de prestação de serviços. A Copasa não pode cobrar por um serviço que não é prestado nem oferecido à população. Isso é totalmente ilegal, ferindo, aliás, o Código de Defesa do Consumidor. Então, a Copasa está cumprindo a lei? Não. Está cumprindo o contrato? Também não.

Para piorar, no contrato não há previsão para implementação do sistema adequado de tratamento de esgoto. O esgoto é lançado em dois ribeirões que cortam a cidade. Não há proteção nem preservação dos mananciais. O que existe é poluição. O ribeirão, que era muito rico em peixes - ou seja, em vida -, foi morto pelo despejo de esgoto. O que há hoje é somente poluição e mau cheiro, o que ocasiona, aliás, doenças à população. No Brasil há um grande número de casos de meningite, principalmente em função da falta de saneamento básico.

Então, como pode a Copasa cobrar para fazer o tratamento de esgoto sem oferecê-lo? Trata-se de uma situação inadmissível. Há, portanto, poluição das águas e do ar, causando um mau cheiro fortíssimo. As pessoas dizem que, quando estão comendo, em função desse odor, sentem náusea. Às vezes não há nem como almoçar e jantar, principalmente nos dias de calor. Repito, o mau cheiro é muito forte.

Essa é a realidade em grande parte do Estado de Minas Gerais. Os que estão nos ouvindo agora sabem pelo que passam no dia a dia. A Copasa viola o direito constitucional ao meio ambiente, o que é ecologicamente incorreto, e a população sofre com o cheiro ruim e com os riscos à saúde a que está exposta.

Em Extrema, nos termos do contrato, a Copasa fica obrigada a operar, manter, conservar os serviços públicos municipais de esgotamento sanitário e garantir à população suprimento adequado, continuidade e permanência do serviço. Mas como será que isso acontece, se não há tratamento de esgoto? Realmente, é uma grande contradição.

Ao iniciar minha fala, eu disse que estava feliz. Mas, com tanto problema, com a população pagando caro, com a Copasa jogando água nos rios, tenho de explicar meu comentário: estou feliz porque a população está acordando, mobilizando-se, e é dessa forma que realizamos mudanças neste país. As pessoas têm de acordar, reivindicar direitos e protestar. Ninguém deve ter medo. A empresa é poderosa, sim; tem muito poder e dinheiro. Ela recebe muito dinheiro para distribuir aos acionistas. São milhões e milhões distribuídos aos acionistas, pois grande parte das ações pertencem ao capital estrangeiro, mas a população está acordando e tem coragem de denunciar. São Vereadores que nos procuram de todo o Estado de Minas Gerais, de todos os cantos, de todas as regiões, de todos os partidos, para entrarmos na Justiça contra a Copasa. As pessoas têm de ter coragem de denunciar e já estão fazendo isso. E o Poder Legislativo não pode ser submisso ao Poder Executivo. Aliás, muitos Vereadores que aprovaram a lei no passado esclareceram que foram enganados. No passado, o contrato estava bonitinho. A Copasa faria tratamento de esgoto, isso e aquilo e garantiria recursos. Depois, nada, nada; a Copasa simplesmente rasga o contrato. Ela não obedece o contrato, nem a legislação, nem o Código de Defesa do Consumidor, enfim, não obedece nada.

Os Vereadores que estão nos procurando dizem que estão se sentindo totalmente enganados. E foram mesmo, pois, na hora em que aprovaram o contrato na Câmara Municipal para dar à empresa a concessão para prestar os serviços de água e esgoto, ela prometia tudo no papel, mas, na hora de fazer, não cumpriu o que foi prometido. Aliás, as pessoas estão tendo a coragem de nos procurar para redimir-se, dizer que erraram e que estão lutando para corrigir esse erro. É isso mesmo: tem de haver humildade, sim. Podem ter certeza de que encaminharemos todas as ações, vamos continuar a entrar com ações na Justiça.

Sempre falo que o meu compromisso é com o povo e com os mais necessitados. As pessoas têm de acreditar que é possível. Posso citar aqui várias lutas em que obtivemos resultados concretos. Se formos somar os benefícios alcançados, são milhões e milhões de economia para toda a população de Minas Gerais.

A questão da taxa de incêndio foi uma grande luta nossa e do PMDB desta Casa. O Governador queria cobrar a taxa de incêndio de todas as residências, e conseguimos a revogação dessa taxa. Hoje as residências de Minas Gerais não pagam mais taxa de incêndio, não pagam mais taxa para chamar a polícia - ele queria cobrar essa também. Se o policial fosse a pé ao local da ocorrência, teria de ser pago um valor; se ele fosse de moto, outro; e, se fosse de carro, o valor seria mais alto ainda. Conseguimos também revogar essa taxa.

A redução da conta de luz em 17% foi histórica, pois foi a primeira em toda a trajetória da Cemig. A Cemig e a Copasa queriam colocar o nome do consumidor que estivesse em débito com as empresas no SPC, além de cortar a água e a luz. Conseguimos impedir esse absurdo. Há um projeto de nossa autoria tramitando na Casa. Por fim, agora, conseguimos impedir o aumento do valor da água da Copasa.

Realmente, há possibilidade de sairmos vitoriosos. Além da Cemig, da taxa de incêndio, da conta de água, daremos prosseguimento a mais duas campanhas. Uma se refere à telefonia, ao valor absurdo cobrado todo mês. São mais de R\$42,00 cobrados por telefone fixo residencial a cada mês. Essa taxa é totalmente ilegal, inconstitucional. Foi criada para promover a expansão das redes no Brasil, e elas já foram expandidas. Atualmente, são 50 milhões de linhas no País, e só 40 milhões estão sendo utilizadas. Já 10 milhões de linhas estão sem utilidade; então, por que cobrar todo mês essa taxa de mais de R\$40,00 por telefone fixo residencial? Isso é ilegal e não pode ocorrer.

O seguro DPVAT é outra luta na qual entraremos com muita força. É uma verdadeira máfia o DPVAT; os valores e os aumentos dos últimos anos são abusivos. Então, queremos muitas explicações para o FAT, da Fenaseg, que é a Federação Nacional das Seguradoras. Realmente, temos de acreditar, temos de lutar. Conseguimos êxito com o fim da taxa de incêndio e o fim da taxa para chamar a polícia. Pedimos o fim da cobrança para fazer o boletim de ocorrência, a redução na conta de luz, pedimos que o nome do consumidor que estivesse em débito não fosse para o SPC e para a Serasa. A Cemig queria mais de 30% de aumento, e o reajuste ficou em 4%. Fomos à Aneel, fizemos a defesa. Agora, conseguimos impedir o aumento do valor da conta de água da Copasa, e será criada a agência regulatória em Minas Gerais. Agradeço e conclamo todos que estão nos ouvindo agora a entrar nessa luta também. Com certeza, com a mobilização e a participação de todos, teremos mais vitórias pela frente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/5/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Silvia Angélica Amancio Vasconcellos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rêmoló Aloise

exonerando Claudia de Almeida Rodrigues do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Itamar Guilherme Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Ana Paula de Melo para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2009

Objeto: aquisição de "softwares".

Pregoautes vencedores: Companhia Mineira de Informática Ltda.-ME (lote 1), Imparts Comércio Ltda. (lote 2) e Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda. (lote 3).

Belo Horizonte, 12 de maio de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia LavSec Rápido Ltda. Objeto: prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem, passagem e esterilização de roupas pertencentes à contratante. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação e previsão de reajuste do preço. Vigência: 12 meses entre 2/6/2009 e 2/6/2010. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 3.3.90.39.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A. A. A. Teletron Casa do Portão Eletrônico Com. e Indústria Ltda. Objeto: fornecimento, instalação e serviços de manutenção em portões, cancelas e interfonos. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto contratual em 4,95%. Vigência: a mesma do contrato original. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701.2.009.0001.9- 3.3.90.39-0101.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Carena Ltda. Objeto: prestação de serviços de reforma de "layouts" e fornecimento de paredes divisórias, armários, balcões, bancadas e acessórios. Objeto deste aditamento: alteração quantitativa do objeto e majoração de 7,55%. Vigência: a mesma do contrato original. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 33.90.39.00.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: WMW Sistemas de Vídeo Ltda. Objeto: contratação, pelo período de 12 meses, de serviço de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de radiodifusão (sons e imagens); elaboração e execução de projetos de instalação e remanejamento de equipamentos novos ou já existentes; consultoria técnica, suporte técnico e treinamento para utilização de equipamentos e acessórios de captação de áudio e vídeo, copiagem de fitas, edição linear e não linear, operação de todo o sistema, pós-produção e distribuição e exibição de sinais de rádio e televisão. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 85/2008. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 33.90.39.00.

ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.058/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 30/4/2009, na pág. 73, col. 3, no art. 1º do projeto, onde se lê:

"Musical", leia-se:

"Musical".